



**RELATÓRIO DE  
ADMINISTRAÇÃO 2022**

# Balanço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis 2022



[www.casan.com.br](http://www.casan.com.br)



[www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)

## Mensagem da Administração

O Governo de Santa Catarina, por meio da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), programou para o período 2019 – 2022 o valor de R\$ 1,7 bilhão para investimentos na ampliação e modernização da infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água.

Com isso, a CASAN entregou também em 2022 um conjunto de obras de abastecimento que trazem mais condições de saúde e de qualidade de vida em todas as regiões onde atua. Em 2022 foram investidos R\$ 533 milhões, sendo a maior parte em abastecimento de água (57%), já como reflexo do programa de Planejamento Hídrico. Esse montante investido em 2022 é mais de duas vezes o aplicado no ano anterior (quando a CASAN investiu R\$ 252 milhões).

Com isso, no campo do abastecimento a Companhia modernizou e ampliou a infraestrutura que já atende praticamente 100% da população na área urbana dos 194 municípios em que atua.

As melhorias levaram em conta o crescimento constante da população e trazem mais condições para captação, tratamento, distribui-

ção e reserva da água, um recurso natural cada vez mais distante dos centros urbanos e comprometido em períodos de estiagem. Está ainda entre os investimentos o Projeto Chapecozinho, maior infraestrutura de abastecimento em implantação no Estado, com construção de uma ETA capaz de produzir 1,2 mil litros de água por segundo.

O período foi também histórico de investimentos no campo do esgotamento sanitário. Novas estruturas de saneamento foram entregues e trouxeram benefícios para cidades como Araquari (Bairro Itinga), Balneário Piçarras, Braço do Norte, Canoinhas, Chapecó (Bairro Efapi), Concórdia, Criciúma (Grande Próspera e São Luiz), Curitibanos, Descanso, Erval Velho, Florianópolis (Monte Cristo), Forquilha, Ibirama, Indaial (Bairro Tapajós) e Laguna.

Outros importantes investimentos em esgotamento sanitário prosseguem, com 17 obras em andamento. Na Capital, a CASAN avança na ampliação do Sistema de Esgoto Insular e do Sistema Ingleses/Santinho, além do Sistema Saco-Grande/Monte Verde.

Avançaram também as obras de esgoto em Balneário Piçarras, Barra

do Sul, Ipira-Piratuba, Itá, Mafra, Rio do Sul, Santo Amaro e Xanxerê. A CASAN ainda iniciou neste período aquela que será a maior obra de esgotamento sanitário de Santa Catarina: a desativação das lagoas de estabilização de Potecas, em São José, e a construção de uma nova e moderna Estação de Tratamento.

Para aumentar sua capacidade de investimento e assegurar sua solidez operacional, a CASAN continuará trabalhando para obter ganhos de eficiência e produtividade. Com esse objetivo, elegeu em sua estratégia de longo prazo para o período de 2021 a 2025 estra-

tégicas como fortalecer sua imagem, otimizar e garantir equilíbrio econômico-financeiro e aperfeiçoar seus processos operacionais e administrativos.

Aumentar a qualidade dos produtos e serviços, desenvolver e valorizar o capital humano, inovar e aumentar sua atuação em responsabilidade ambiental são outras metas que serão perseguidas para atuar com excelência no campo do saneamento, colaborando com a saúde pública e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

## A CASAN e seu Mercado de Atuação

A CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, criada em 31/dezembro/1970, através da Lei Estadual nº 4.547, e constituída pelo Decreto nº SSP- 30.04.71/58, de 02/julho/1971, é uma empresa de economia mista, atuando como concessionária na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Tem como missão **Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.** A missão CASAN está apoiada em quatro bases fundamentais, inter-relacionadas e complementares:

- Desenvolvimento Econômico e Social - Participar ativamente no desenvolvimento econômico e social dos municípios conveniados.
- Preservação Ambiental – Desenvolver ações de forma sustentável através da educação ambiental, recuperação e preservação do meio ambiente.
- Saúde Pública - Participar de forma proativa com ações focadas na saúde ambiental e qualidade de vida da população atendida por seus serviços.

- Função Social - Cumprir seu dever para com a sociedade e pelo empreendimento público que ela representa, executando seus serviços com respeito e valorização.

A CASAN encerrou o ano de 2022 prestando os seus serviços diretamente a uma população residente de mais de 3 milhões de pessoas, distribuídas em 194 municípios (65% dos municípios do Estado e o município de Barracão, no Paraná). O equivalente a 40% da população de Santa Catarina foi beneficiada, conforme demonstrado na Figura 1 – Atendimento da CASAN no Estado de Santa Catarina. A CASAN também forneceu água no atacado para outros 4 municípios clientes operados com sistemas próprios, que juntos tem uma população superior a 200 mil pessoas.

Para atender a essa demanda são operados:

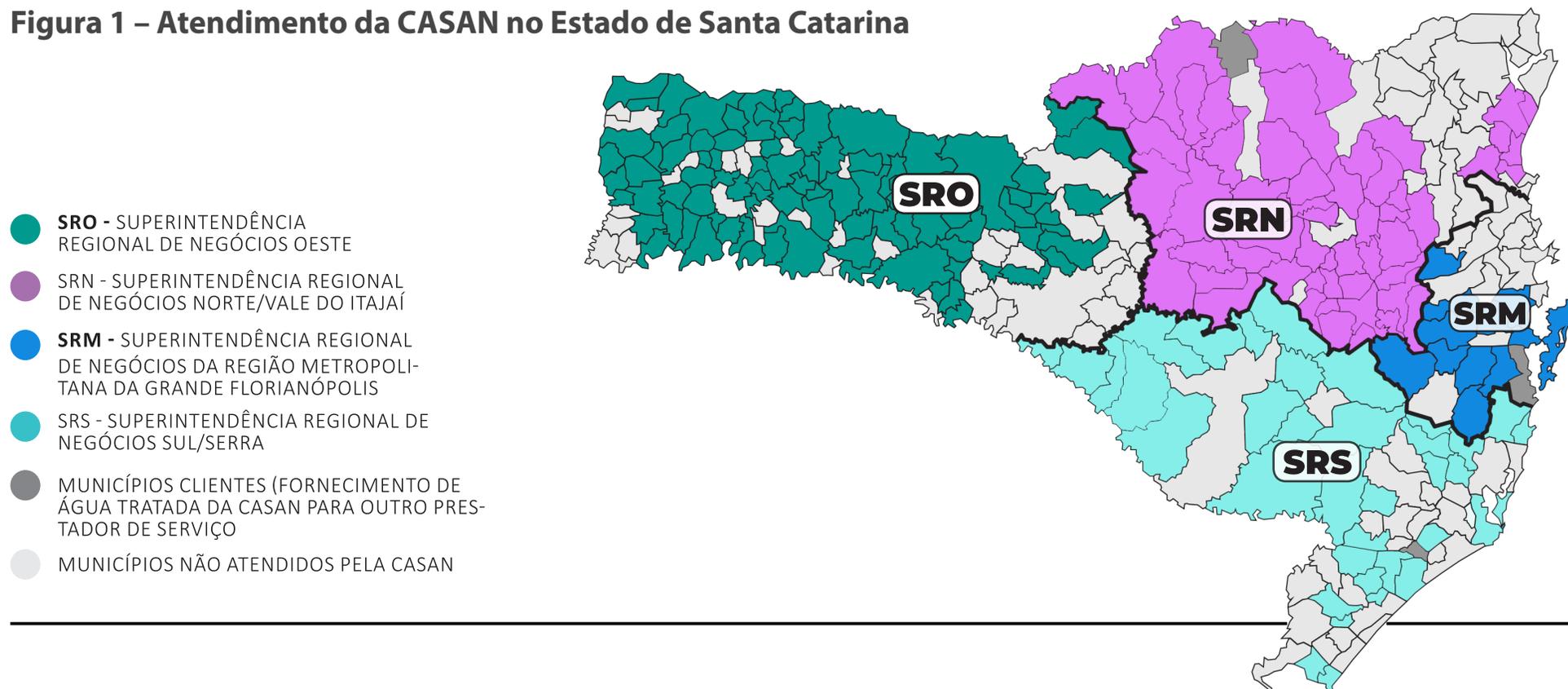
- 256 Sistemas de Abastecimento de Água – SAA, que beneficiam 323 localidades em Santa Catarina: 193 Sedes Municipais, 52 distritos e 77 vilas. No Estado do Paraná: 01 Município.
- 34 Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES que atendem 29 municípios.

A operacionalização dos seus sistemas é realizada através de 04 Superintendências Regionais de Negócios, contando em 31/12/2012 com a colaboração de 2.592 empregados.

A CASAN atua nos municípios por meio de Contratos de Programa, Contrato de Concessão, Convênios de Cooperação para Gestão Associada

e Convênios de Gestão Compartilhada. Esses são os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais, as quais concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

**Figura 1 – Atendimento da CASAN no Estado de Santa Catarina**



**Quadro 1 - Abrangência dos Serviços das Superintendências Regionais – 31/12/2022**

SUPERINTENDÊNCIA	MUNICÍPIOS	ÁGUA * <sup>2</sup>		ESGOTO * <sup>2</sup>	
		LIGAÇÕES	ECONOMIAS	LIGAÇÕES	ECONOMIAS
Metropolitana - SRM	18	257.970	493.203	68.412	209.218
Norte/Vale - SRN	49	170.098	203.582	12.562	18.455
Oeste - SRO	90	222.966	300.828	27.399	54.383
Sul/Serra - SRS	37	176.183	236.966	27.215	59.845
<b>Total CASAN*<sup>1</sup></b>	<b>194</b>	<b>827.217</b>	<b>1.234.579</b>	<b>135.588</b>	<b>341.901</b>

\*<sup>1</sup> Resultados considerando município de Barracão no Paraná/PR

\*<sup>2</sup> Base de faturamento

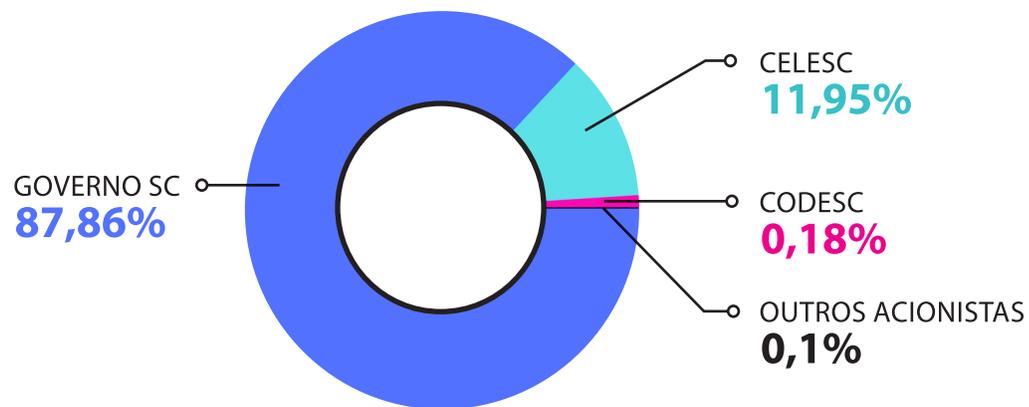
## Composição Acionária

O Capital Social da CASAN é formado por 949.739.585 ações, sendo 473.629.304 ações ordinárias e 476.110.281 ações preferenciais. O governo do Estado de Santa Catarina, detentor de 87,86% das ações é o acionista majoritário. A empresa CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A com 11,95% como segundo maior acionista. O restante das ações está pulverizado no mercado entre pessoas físicas e jurídicas.

**Quadro 2 – Divisão da Estrutura Acionária CASAN em 31/12/2022**

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERÊNCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Governo de SC	415.125.668	87,65	419.284.388	88,06	834.410.056	87,86
CELESC	56.713.251	11,97	56.778.178	11,93	113.491.429	11,95
CODESC	1.733.389	0,37	2.185	0,00	1.735.574	0,18
Outros Acionistas	56.996	0,01	45.530	0,01	102.526	0,01
<b>Total de Ações</b>	<b>473.629.304</b>	<b>100,00</b>	<b>476.110.281</b>	<b>100,00</b>	<b>949.739.585</b>	<b>100,00</b>

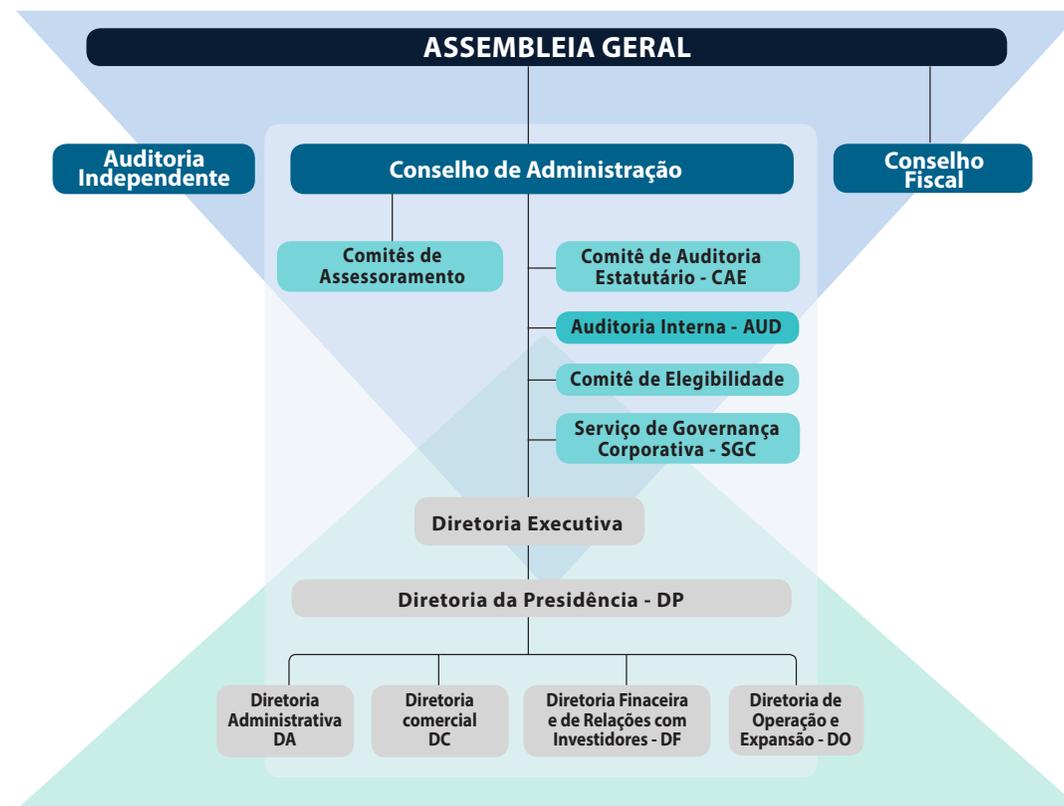
Figura 2 – Estrutura Acionária CASAN – 31/12/2022



### Estrutura organizacional

A Companhia é conduzida por uma diretoria colegiada subordinada à estrutura de governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Assembleia de Acionistas) conforme demonstrado no organograma representativo da administração superior da organização.

Figura 3 – Estrutura de Governança da CASAN



## Relação com o Poder Concedente e Marco do Saneamento

Ato contínuo, “por força da legislação federal – Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 que veda a formalização de novos contratos de programa com os municípios sem licitação e exigiu que os contratos regulares em vigor fossem modificados até 31 de março de 2022 para inclusão das novas metas de universalização, bem como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhorias dos processos de tratamento, além da necessidade de comprovação, junto as Agências Reguladoras, da capacidade econômico-financeira, por recursos próprios ou por contratação de dívida, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços até 31 de dezembro de 2033”, foram elaboradas as minutas dos termos aditivos, para inclusão das novas metas de universalização, e iniciadas as reuniões com os municípios com contrato ou convênio de concessão vigente para apresentação da minuta e esclarecimentos visando a sua assinatura.

Dos 177 municípios com instrumento contratual vigente, até o final de 2022, 164 firmaram o termo aditivo proposto e estão em conformidade com a nova legislação. Nos demais (13) municípios a Companhia permanece mantendo tratativas a fim de aclarar as dúvidas por ventura existentes e mostrar que o melhor caminho é a assinatura dos Termos Aditivos para incorporação das metas

de universalização nos contratos.

A Companhia através da contratação de consultorias especializadas, elaborou os estudos e apresentou, no prazo determinado pela legislação para comprovação da sua capacidade econômico/financeira, as Agências Reguladoras, o que restou comprovado com a publicação do PARECER TÉCNICO Nº 001/2022-ACT, em 17 de março de 2022.

## DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

### Desempenho Operacional

Em 2022, no cumprimento da sua missão empresarial, foram atendidos 3 milhões de consumidores na área urbana com água tratada e 870 mil usuários servidos com coleta, tratamento e destinação final de esgoto sanitário.

A CASAN alcançou um volume faturado de água de 167,0 milhões de metros cúbicos. Esse valor corresponde a um incremento de 4,3%, em relação a 2021.

Em 2022 percebe-se uma evolução no volume faturado de água acima dos crescimentos verificados nos números de ligações e unidades autônomas. Dessa forma, é possível afirmar que houve uma

ampliação no consumo da população e/ou uma melhora nas medições realizadas em decorrência: da renovação do parque de hidrômetros e/ou da ampliação das leituras presenciais.

### Quadro 3 - Evolução do Volume Faturado de Água – 2017-2022 (1.000m<sup>3</sup>)

CATEGORIA	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RESIDENCIAL	147.369	148.044	147.899	127.799	121.341	124.192
COMERCIAL	16.793	16.777	16.541	12.161	11.815	12.860
INDUSTRIAL	2.769	2.765	3.187	2.992	2.991	2.933
PÚBLICA	26.233	26.581	24.322	22.256	24.488	27.570
<b>TOTAL</b>	<b>193.164</b>	<b>194.167</b>	<b>191.948</b>	<b>165.208</b>	<b>160.634</b>	<b>167.554</b>
<b>VARIAÇÃO ANUAL</b>	<b>2,4%</b>	<b>0,5%</b>	<b>-1,1%</b>	<b>-13,9%</b>	<b>-2,8%</b>	<b>4,3%</b>

Fonte: SCI

### Quadro 4 - Evolução das Ligações e Unidades Autônomas de Água – 2017-2022

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
<b>RESIDENCIAL</b>	ligações	727.777	718.663	714.726	737.773	746.013	763.314
	uni autônomas	1.015.852	1.011.656	1.015.959	1.054.249	1.072.512	1.104.749
<b>COMERCIAL</b>	ligações	41.883	41.394	41.177	42.785	43.701	45.004
	uni autônomas	96.759	94.270	92.596	103.084	104.443	107.309
<b>INDUSTRIAL</b>	ligações	5.280	5.153	5.143	5.595	5.792	6.166
	uni autônomas	6.271	6.109	6.085	6.679	6.828	7.104
<b>PÚBLICA</b>	ligações	12.724	12.456	12.319	12.563	12.604	12.745
	uni autônomas	15.383	15.008	14.836	15.185	15.239	15.429
<b>TOTAL ÁGUA</b>	ligações	787.664	777.666	773.366	798.716	808.110	827.229
	uni autônomas	1.134.265	1.127.043	1.129.476	1.179.197	1.199.022	1.234.591
<b>CRESCIMENTO ANUAL</b>	ligações	1,6%	-1,3%	-0,6%	3,3%	1,2%	2,4%
	uni autônomas	2,4%	-0,6%	-0,2%	4,4%	1,7%	3,0%
<b>ÍNDICE DE HIDROMETRAÇÃO</b>		99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%

Fonte: SCI

Nos serviços de esgotamento sanitário o crescimento verificado foi maior que 13% no volume faturado e na evolução do número de ligações em 2022 como resultado do grande volume de investimentos que refletiram no aumento do índice de cobertura dos serviços

de esgotamento sanitário, somados às ampliações e regularizações de sistemas que entraram em operação e faturamento em 2022, sendo os principais os sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de Araquari, Criciúma e Rio do Sul.

### Quadro 5 - Evolução do Volume Faturado de Esgoto – 2017-2022 (1.000m<sup>3</sup>)

CATEGORIA	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RESIDENCIAL	29.544	31.044	32.428	28.263	27.695	30.916
COMERCIAL	5.964	6.127	6.270	4.377	4.395	5.215
INDUSTRIAL	323	342	636	291	323	391
PÚBLICA	2.074	2.093	2.201	1.674	1.799	2.134
<b>TOTAL</b>	<b>37.905</b>	<b>39.606</b>	<b>41.536</b>	<b>34.606</b>	<b>34.214</b>	<b>38.657</b>
<b>VARIAÇÃO ANUAL</b>	<b>8,2%</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,9%</b>	<b>-16,7%</b>	<b>-1,1%</b>	<b>13,0%</b>

Fonte: SCI

### Quadro 6 - Evolução das Ligações e Unidades Autônomas de Esgoto – 2017-2022

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>RESIDENCIAL</b>	ligações	78.024	82.327	87.094	89.295	102.976
	Uni. autônomas	211.439	220.696	231.326	239.373	264.401
<b>COMERCIAL</b>	ligações	10.453	11.064	11.455	11.877	13.259
	Uni. autônomas	33.716	33.777	33.583	41.612	45.075
<b>INDUSTRIAL</b>	ligações	749	744	744	777	890
	Uni. autônomas	943	947	956	1.123	1.246
<b>PÚBLICA</b>	ligações	1.623	1.772	1.854	1.930	2.144
	Uni. autônomas	2.344	2.495	2.584	2.767	3.034
<b>TOTAL ESGOTO</b>	ligações	90.849	95.907	101.147	103.879	119.269
	Uni. autônomas	248.442	257.915	268.449	284.875	313.756
<b>CRESCIMENTO ANUAL</b>	ligações	10,4%	5,6%	5,5%	2,7%	14,82%
	Uni. autônomas	8,3%	3,8%	4,1%	6,1%	10,14%

Fonte: SCI

## Desempenho Econômico-Financeiro

No exercício de 2022 a CASAN auferiu receita superior a R\$1,5 bilhão em decorrência da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Este valor é 16% superior ao apurado no exercício anterior, portanto em linha com o último reajuste autorizado pelas agências reguladoras.

As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 78% da receita obtida em 2022, ou seja, R\$1,2 bilhão. Outros R\$322 milhões foram auferidos com tarifas nas operações de esgotamento sanitário, o que representa 21% da receita apurada no ano, além disso, a CASAN auferiu R\$17 milhões (1%) com a prestação de outros serviços, como a execução de ligações, acréscimos por impontualidade, consertos de hidrômetros etc.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1,3 bilhão em 2022, representando um aumento de 24% em relação ao exercício

anterior. Contribuíram para essa elevação dos custos e despesas, o aumento do número de municípios beneficiados pelos fundos para programas municipais e o aumento do custo geral dos materiais e serviços contratados, decorrente do relevante aumento da inflação. A inflação também ocasionou a elevação dos gastos com folha de pagamento e encargos trabalhistas e os juros dos refinanciamentos tributários.

Da mesma forma observou-se a ampliação de 31% na despesa financeira líquida da Companhia, que foi apurada em R\$97 milhões no ano de 2022. Contribuíram para isso, a ampliação dos juros ativos e a elevação do valor apurado a título de variações monetárias e cambiais.

Esses fatores conduziram à redução de 32% no resultado líquido do exercício, que passou de aproximadamente R\$135 milhões em 2021 para cerca de R\$92 milhões em 2022.

### Quadro 7 – Comparativo resultado CASAN 2017 – 2022 (R\$ mil)

INDICADORES	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITA OPERACIONAL	1.126.217	1.197.061	1.239.629	1.261.014	1.342.338	1.555.736
CUSTOS / DESPESAS	(1.090.889)	(1.264.126)	(968.361)	(983.786)	(1.063.743)	(1.319.524)
RESULTADO FINANCEIRO	(71.703)	(128.549)	(90.757)	(107.021)	(74.516)	(97.436)
RESULTADO ANTES DO IR E DA CSLL	(36.375)	(195.614)	180.511	170.207	204.079	138.777
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(28.478)</b>	<b>(119.225)</b>	<b>119.686</b>	<b>112.504</b>	<b>134.950</b>	<b>91.990</b>

Analisando o quadro abaixo é possível verificar no ano de 2022 o bom desempenho dos indicadores de Ativo Total, Patrimônio Líquido, Receita Operacional Líquida, Geração de Caixa e Impostos/Receita Bruta que apresentaram evolução em relação aos resultados de 2021. Os demais indicadores finalizaram 2022 com resultados iguais ou aquém dos verificados no ano anterior.

Esse cenário reflete ainda o movimento de ampliação do atendimento de esgotamento sanitário da CASAN, já que boa parte desses investimentos está sendo realizada com recursos financeiros e também os reflexos econômicos e financeiros mundiais da pandemia do Covid-19, sobretudo no período 2020/2022.

### Quadro 8 – Resultado dos Indicadores CASAN 2017 – 2022 (R\$ mil)

INDICADORES	2017	2018	2019	2020	2021	2022
ATIVO TOTAL (AT)	3.226.243	3.326.896	3.559.018	3.767.464	3.907.671	4.343.394
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)	1.306.667	1.246.082	1.257.038	1.324.157	1.671.985	1.860.910
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	1.020.802	1.085.552	1.124.024	1.143.679	1.217.771	1.409.964
LUCRO LÍQUIDO (LL)	(28.478)	(119.225)	119.686	112.504	134.950	91.990
ENDIVIDAMENTO GERAL ((PC + PNC - RD)/AT)	0,59	0,62	0,64	0,64	0,57	0,57
EBITDA	113.648	18.797	364.821	393.527	401.145	367.397
EBIT	35.328	(67.064)	271.269	277.228	278.595	236.213
GERAÇÃO DE CAIXA	88.164	100.850	350.954	353.739	293.313	304.071
ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO (EFT/AT)	0,36	0,35	0,36	0,39	0,36	0,38
ENDIVIDAMENTO CURTO PRAZO (EFCP/EFT)	0,16	0,24	0,09	0,17	0,10	0,18
MARGEM BRUTA (LB/ROL)	55,94%	55,78%	55,08%	50,85%	49,62%	44,37%
MARGEM OPERACIONAL (LO/ROL)	-3,58%	-18,04%	16,11%	14,69%	16,14%	9,69%
MARGEM LÍQUIDA (LL/ROL)	-2,79%	-10,98%	10,65%	9,84%	11,08%	6,52%
MARGEM EBITDA (EBITDA/ROL)	11,13%	1,73%	32,46%	34,41%	32,94%	26,06%
RENTABILIDADE PATRIMONIAL (LL/(PL + RD))	-2,15%	-9,42%	9,38%	8,37%	7,98%	4,90%
LIQUIDEZ GERAL ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,40	0,35	0,35	0,31	0,33	0,31
LIQUIDEZ CORRENTE (AC/PC)	1,37	0,87	1,32	0,87	1,08	0,76
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA	8,7	57,5	3,0	3,5	3,3	4,4
IMPOSTOS/RECEITA BRUTA <sup>1</sup>	9,36%	9,32%	13,12%	14,70%	14,4%	12,74%

<sup>1</sup> Impostos: PASEP + COFINS + IR + CSLL

Obs.1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido;

Obs.2: Em 2018 os resultados e os indicadores econômicos foram afetados pelas despesas relacionadas ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada.

## Política Tarifária

O comprometimento em busca do alcance da meta de universalização dos serviços de abastecimento de água e os significativos esforços no sentido de ampliar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, demandam elevados investimentos que exigem da Companhia a captação de recursos externos para a realização das obras necessárias. A captação de recursos junto à União, a fundo perdido, ou junto aos agentes financeiros, exige da CASAN a oferta de contrapartida do montante concedido, com aplicação de recursos próprios oriundos da sua Receita Operacional.

Além de gerar recursos para investimentos a fim de atingir a universalização (modelo fundamentado no Decreto Federal nº 7.217/2010 e aprovado pelas Agências Reguladoras), a política tarifária também é de grande relevância para a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro dos SAA e/ou SES nos municípios onde a CASAN

atua. Visa também buscar um ponto de equilíbrio, que nos permita oferecer condições semelhantes de qualidade e de acesso aos serviços para todos os cidadãos atendidos pela Companhia, ao mesmo tempo que tem o intuito de inibir o consumo supérfluo, evitando o desperdício de recursos.

A CASAN tem o direito assegurado de solicitar às Agências Reguladoras reajustes tarifários a cada período de 12 meses. Em julho de 2022, com autorização das agências reguladoras, a CASAN aplicou reajuste tarifário de 16,01%, o qual se refere ao período de setembro/2020 a fevereiro/2022 e, portanto, teve a função de repor a perda inflacionária ocasionada pela pandemia do Coronavírus (o repasseamento de reajuste foi determinado pela Lei Estadual n. 18.025, de 3 de novembro de 2020).

### Quadro 9 - Reajuste Tarifário - 2015 a 2022

ANO DE REAJUSTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Percentual (%)</b>	11,94	10,81	6,08	4,39	2,61	-	2,55	16,01

A companhia adota na sua política tarifária, como referência, uma tabela tarifária única, separada por categorias de consumidores e com escalas por faixas/quantidades crescentes de consumo, vigente para todos os municípios que detêm a concessão/contrato para exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

## Quadro 10 – Tabela tarifária CASAN

1 metro cúbico (m<sup>3</sup>) = 1 mil litros de água

Intervalo R\$/m <sup>3</sup>	Residencial	Residencial Social	Comercial	Micro Peq. Comércio	Industrial	Pública Órgãos públicos federais, estaduais e municipais	Pública Especial Entidades Filantrópicas
TFDI* R\$/mês	30,24	5,64	30,24	30,24	30,24	30,24	9,07
R\$/m <sup>3</sup>	0 a 10	2,01	0,38	4,45	3,14	4,45	1,33
	11 a 25	9,34	2,68	12,49	12,49	12,49	3,74
	26 a 50	12,49	12,49				
	Acima de 50	15,71	15,71	15,71			

(\*) TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura.

(\*\*) Tarifa de Esgoto = 100% do valor da Tarifa de Água

### Tarifa Social

Em dezembro de 2022 a CASAN possuía enquadradas na Tarifa Social um total de 7.200 ligações, tarifa essa com valor subsidiado pelas demais categorias, com valor reduzido equivalente a aproximadamente 20% da tarifa residencial em vigor, permitindo maior inclusão social através do acesso aos serviços de saneamento.

A Tarifa Social possui prazo de validade de 24 meses, sendo que todos os usuários enquadrados devem, nesse período, realizar o recadastramento do benefício.



# GESTÃO EMPRESARIAL

## Investimentos nos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Neste ano de 2022 a CASAN investiu mais de R\$533 milhões em seus sistemas de água e esgotamento sanitário, sendo que desse montante, 57% foi aplicado em abastecimento de água conforme o

previsto no programa de planejamento hídrico. Esse valor é mais de duas vezes o montante aplicado no ano anterior (quando a CASAN investiu R\$252 milhões).

### Quadro 111 - Evolução dos Investimentos – 2017 a 2022 - (R\$ mil)

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL NO PERÍODO	%
ÁGUA	75.285	33.933	52.471	77.243	129.353	301.606	669.891	35
ESGOTO	159.887	173.352	192.600	270.525	110.102	196.250	1.102.716	58
OUTROS	13.259	31.076	0	28.029	12.806	35.167	120.337	6
<b>TOTAL</b>	<b>248.431</b>	<b>238.361</b>	<b>245.071</b>	<b>375.797</b>	<b>252.261</b>	<b>533.023</b>	<b>1.892.944</b>	<b>100</b>

Os principais investimentos realizados ao longo de 2022 (em termos de montantes aplicados), para a implantação, melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram executados nos seguintes municípios:

### Quadro 2 – Principais Investimentos (em recursos aplicados no ano)

MUNICÍPIO	SISTEMA	OBRA
BAL. BARRA DO SUL	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
BIGUAÇU	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento
CHAPECÓ	Água	Construção do Sistema Integrado de Abast. do Rio Chapecozinho
CRICIUMA	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento da Grande Criciúma
CRICIÚMA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário em Próspera
FLORIANÓPOLIS	Água	Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento Sul da Ilha
FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
MAFRA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
RIO DO SUL	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento
RIO DO SUL	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
SANTO A. DA IMPERATRIZ	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
SÃO JOSÉ	Esgoto	Ampliação do Sistema Integrado de Esgotamento Sanitário
SÃO MIGUEL DO OESTE	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento

Além das obras destacadas acima, foram realizados diversos outros investimentos como: ampliações, melhorias e manutenções de redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitários, perfuração de novos poços, compra e instalação de equipamentos eletromecânicos, equipamentos leves e pesados.

Especificamente sobre esgotamento sanitário, 4 obras foram finalizadas em 2022, as quais beneficiaram as cidades de Araquari (Bairro Itinga), Criciúma (Bairros Próspera e São Luiz) e Rio do Sul (implantação do SES), fazendo com que a cobertura de esgoto do Estado se elevasse em 9,55%, passando de 29,54% em 2021 para uma cobertura de 32,36% em 2022.

Outros importantes investimentos em esgotamento sanitário prosseguem, para elevar a cobertura de coleta e tratamento nas cidades catarinenses. Na Capital, a Companhia possui em andamento a ampliação do Sistema de Esgoto Insular e do Sistema Ingleses/Santinho, além da implantação do Sistema Saco-Grande/Monte Verde.

A CASAN também iniciou aquela que será a maior obra de esgotamento sanitário de Santa Catarina: a desativação das lagoas de estabilização de Potecas, em São José, e a construção de uma nova e moderna Estação de Tratamento. Também estão em andamento projetos de implantação da infraestrutura de esgoto em Anita Garibaldi, Balneário Barra do Sul, Ipira-Piratuba, Maфра, Rio do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Lourenço do Oeste, Urubici, Urupema e

Xaxim. Juntas, as obras em execução/planejadas farão com que a CASAN alcance uma cobertura de aproximadamente 40% até 2025. Destaca-se, no entanto, que a previsão da cobertura de esgoto dos próximos anos pode ser ainda mais elevada, uma vez que a Companhia está estudando a melhor forma de viabilizar a universalização dos serviços de esgotamento sanitário (90% de cobertura) até 31 de dezembro de 2033.

## Gestão de Riscos e Compliance

Todas as organizações enfrentam incertezas que representam riscos e oportunidades, com potencial para destruir ou agregar valor às partes interessadas. A gestão dessas incertezas possibilita tratá-las de forma sistemática, reagindo a mudanças de forma dinâmica e interativa, em consonância aos seus ambientes interno e externo.

A CASAN tem destinado esforços para aumentar sua maturidade a risco, compreender em detalhes os riscos mais relevantes e tratá-los de acordo com seu apetite e tolerância, combinando a expertise dos gestores com os sistemas e técnicas de gerenciamento de riscos. Nesse cenário, são propostos planos de ação em resposta aos fatores de risco com elevado grau de exposição, para atenuar a probabilidade de ocorrência e os impactos, caso estes venham a ocorrer em algum momento.

Na CASAN, a gestão de riscos é realizada no nível corporativo e em nível de processo. O primeiro, voltado ao atingimento dos objetivos estratégicos em sentido amplo, é norteado pela Política de Gestão de Riscos, que institui diretrizes e competências para o gerenciamento dos riscos corporativos, com a finalidade de assegurar a consecução dos objetivos estratégicos, incorporar o contexto de riscos às tomadas de decisões, estimular boas práticas de governança corporativa e aprimorar o desempenho organizacional e o ambiente de controle.

O segundo, voltado ao atingimento de objetivos em nível de processo, é regido pela Política de Controles Internos e Conformidade, que institui diretrizes e competências para a estruturação do Sistema de Controles Internos nos processos organizacionais, buscando manter em níveis aceitáveis os riscos de categoria operacional, divulgação e conformidade.

A CASAN possui também um Programa de Integridade, que consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva do Código de Conduta e Integridade e demais documentos normativos com a finalidade de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Companhia e a administração pública. Estão sujeitos ao Código de Conduta e Integridade todos os empregados da CASAN, comissionados, servidores públicos à disposição,

estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços e aqueles que exercem mandato, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo.

Além da responsabilidade individual de cada agente público em agir de acordo com os padrões legais e normativos, sob supervisão e orientação de seus superiores hierárquicos, o Programa de Integridade conta com unidades organizacionais que integram uma camada de defesa contra a ocorrência de fraudes e atos de corrupção, atuando no monitoramento contínuo do programa, na manutenção, divulgação e treinamento sobre o Código de Conduta e Integridade, na ampla divulgação do canal de denúncias, no recebimento e tratamento de denúncias, na investigação de casos concretos de integridade, na aplicação de sanções disciplinares, nas diligências relacionadas a terceiros, na identificação, avaliação e tratamento dos riscos de integridade, nos trabalhos de auditoria interna, entre outros.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código de Conduta e Integridade são previstas no Plano de Cargos e Salários (PCS), Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e demais legislações específicas aplicáveis à CASAN, sendo garantido o sigilo nos casos de averiguação de situações de descumprimento ao Código, com a devida confidencialidade das informações de modo a não haver represálias aos denunciantes por quaisquer comunicações e delações.

## Ouvidoria

A Ouvidoria, compreende uma área de extrema relevância para a CASAN.

Suas atividades de receber, analisar e dar o encaminhamento a reclamações de serviços não atendidos pelos “Canais de Atendimento - SAC”, analisar a resolução da demanda para resposta ao reclamante, gerir as informações recebidas, examinar e dar encaminhamento a denúncias sobre práticas consideradas ilícitas e contrárias aos interesses da Companhia, como: suspeitas de fraudes, atos de corrupção, falta de ética, desvios de condutas envolvendo empregados, administradores e terceirizados constitui sua missão, qual seja, garantir o direito a todo cidadão que ao se relacionar com a CASAN, tenha suas solicitações analisadas e respondidas dentro dos prazos estabelecidos, além de atender a demandas encaminhadas pelas Ouvidorias das Agências Reguladoras do Estado de Santa Catarina.

Sua atuação ocorre por diversos canais de atendimento, sendo o principal o Sistema Fala.Br ([www.CASAN.com.br/ouvidoria](http://www.CASAN.com.br/ouvidoria)), que funciona como órgão setorial do Sistema Administrativo da Ouvidoria Geral do Estado de Santa Catarina – CGE ([cge.sc.gov.br](http://cge.sc.gov.br)).

O quadro abaixo demonstra as demandas recebidas e tratadas pela ouvidoria da CASAN em 2022 conforme a sua origem.

### Quadro 3 – Balanço Ouvidoria 2022

Ouvidoria CASAN	1.653
Ouvidoria Geral do Estado	493
Ouvidoria Agências Reguladores	257
Denúncias	-
<b>Total de atendimentos</b>	<b>2.403</b>

## RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

### Crise Hídrica e Responsabilidade Ambiental

Diante das constantes estiagens que prejudicam principalmente a Região Oeste de Santa Catarina, a CASAN tem investido no reforço da estrutura de abastecimento e planejamento hídrico, proteção e conservação de mananciais e campanhas de uso responsável da água.

Para Chapecó, a maior cidade da região, entre os investimentos para minimizar os impactos estão a instalação de dois reservatórios no

bairro Paraíso, uma Estação de Tratamento de Água (ETA) metálica em açude localizado na Linha Água Amarela, projeto para captação alternativa de água no Rio Uruguai, além de dragagem do Lajeado São José, atualmente o principal manancial de abastecimento da cidade, que sofre redução drástica do nível em períodos de severa falta de chuvas.

Como solução permanente para a região, atendendo cerca de 500 mil moradores de Chapecó, Xaxim, Xanxerê e Cordilheira Alta, a CASAN avançou no Projeto Chapecozinho – a maior obra de abastecimento da CASAN em execução.

O Projeto Chapecozinho prevê a instalação de 57 quilômetros de adutora, desde a Estação de Recalque de Água Bruta (ERAB) até seu ponto final, em Chapecó. Até o final de 2022, cerca de 20 quilômetros foram assentados. Além disso, um novo trajeto foi previsto, reduzindo o impacto do empreendimento para as comunidades locais.

A construção da Estação de Tratamento de Água (ETA), com capacidade de vazão de 1.250 litros por segundo, e instalação de reservatório de 4 milhões de litros, também ganhou porte, demonstrando sua grandiosidade. Ao todo o projeto prevê quatro reservatórios, proporcionando 17,5 milhões de litros de segurança hídrica para a região.

O enfrentamento da crise hídrica vem sendo também realizado com o aumento estratégico do número de reservatórios, unidades fun-

damentais para garantia do fornecimento de água em momentos de ações operacionais e de escassez de chuvas. Mais de 50 novos reservatórios aumentarão de forma importante a reserva de água em 29 municípios. Somente em Chapecó são 12 unidades nos bairros Efapi, Paraíso, Colina Verde, Industrial, Esplanada, Jardim Paraíso, Marechal Bormann e Loteamento Scopel. O conjunto dessas estruturas representará mais de 8,6 milhões de litros de reserva de água para reforçar o abastecimento da cidade.

Ainda na região oeste, em Piratuba são três novos reservatórios que estão sendo instalados no Centro e no bairro Balneário, com uma capacidade total de 850 mil litros de armazenamento. Para Xanxerê estão previstas duas novas unidades, cada uma com 300 mil litros. Outro que terá reforço na reserva é o município de Descanso, com quatro novos tanques com capacidade total de 450 mil litros e que serão instalados nos bairros São Valentim e Itajubá.

As regiões Norte, Sul e Grande Florianópolis também serão beneficiadas. Para o Norte e Vale do Itajaí a CASAN trabalhou com o planejamento de mais de 70 reservatórios. Em Rio do Sul, por exemplo, seis novos equipamentos representam um importante reforço para o Sistema Integrado de Abastecimento. Ibirama, Ituporanga, Canoinhas, Mafra e Curitiba também serão beneficiados com essas unidades.

Para as cidades da região Sul-Serra são 50 unidades que vão benefi-

ciar mais de 20 municípios. E para a Grande Florianópolis, 30 novos reservatórios estão sendo distribuídos entre 14 municípios. São investimentos que colaboram com a segurança hídrica em momentos de seca e também de fortes chuvas, que comprometem a qualidade da água bruta e sua potabilização para atendimento da população.

O planejamento que leva em conta a dificuldade cada vez maior de captação de água bruta devido à crise hídrica e às estiagens severas e constantes, assim como períodos de tempestades, que comprometem a qualidade da água bruta nos mananciais, envolve também a implantação de novas estações de tratamento, assentamento de novas adutoras e redes de distribuição, estações de recalque de água bruta e água tratada. São reforços a toda infraestrutura de abastecimento, investimento essencial para a qualidade de vida da população catarinense.

## Projeto Mata Ciliar

Em paralelo aos investimentos em infraestrutura de saneamento, a Companhia investe na conservação ambiental de áreas estratégicas para a qualidade dos mananciais que atendem as cidades.

Um dos exemplos é o Projeto de Preservação, Conservação, Recuperação e Manutenção de Matas Ciliares, desenvolvido desde 2006 em parceria com o Consórcio Iberê na Região Oeste.

O objetivo é isolar e recuperar Áreas de Preservação Permanente (APP), prioritariamente em mananciais de abastecimento público e seus afluentes, conservando os recursos hídricos.

Em 2021 a CASAN renovou convênio para continuidade desse trabalho e em 2022 foram realizadas 11 reuniões com as equipes de coordenação municipal do programa para implantação do trabalho em mais 46 propriedades. Com esse acréscimo, já são 34 trechos de curso d'água, 22 nascentes e 51,15 hectares de vegetação diretamente protegida.

Entre as Bacias Hidrográficas com áreas protegidas está a do Rio Irani, a do Rio Chapecó e a do Rio Uruguai – e entre os cursos d'água, o Lajeado São José e o Rio Tigre, principais mananciais da maior cidade do Oeste, Chapecó.

O projeto já beneficia mais de 400 famílias de pequenos produtores rurais dos municípios de Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Guatambu, Planalto Alegre e São Carlos.

A recuperação da vegetação às margens dos mananciais e a presença de animais silvestres como graxaim, quati, mico e jacu nas áreas em regeneração também estão entre os resultados do trabalho. A valorização da agricultura familiar e da Política Nacional de Recursos Hídricos são outros ganhos do trabalho, uma das linhas de ação de

responsabilidade ambiental da CASAN.

Rios e cursos d'água protegidos:

- Cidade: Águas de Chapecó
- Lajeado Gramados / Lajeado Itacuruba / Lajeado Aguinhas Frias / Lajeado Maidana
- Cidade: Caxambu do Sul
- Lajeado Dom José / Lajeado Pinheiro / Lajeado Caxambu do Sul
- Cidade: Chapecó
- Lajeado São José / Lajeado Verissimo / Lajeado Tigre / Lajeado Taquara / Lajeado Retiro
- Cidade: Cordilheira Alta
- Lajeado São José / Lajeado Afluente do São José / Lajeado Macuco
- Cidade: Guatambu
- Rio Tigre / Rio Retiro
- Cidade: Planalto Alegre
- Lajeado Tarumã / Lajeado Lambedor / Lajeado Bonito
- Cidade: São Carlos
- Lajeado Marcelino / Lajeado Moraes / Lajeado Jacutinga / Lajeado Jacutinga II / Lajeado Aguinhas / Lajeado Quoati / Rio Chapecó (contíguo)

## Projeto Cultivando Água

Outro exemplo de trabalho na área de conservação ambiental é o Projeto Cultivando Água, uma parceria entre CASAN e Epagri. O trabalho é direcionado à conservação da Bacia Hidrográfica do Rio Piçarras. É a partir de seu principal curso de água que a CASAN faz a captação para atender a milhares de moradores e turistas de Balneário de Piçarras.

Em 2022 o trabalho foi concentrado na fase de diagnóstico e estabelecimento de áreas a serem beneficiadas, ações, custos e critérios para seleção e remuneração de produtores rurais locais. O objetivo é colocar em prática o pagamento de serviços ambientais, permitindo que a CASAN remunere proprietários rurais pela conservação e recuperação de áreas naturais no entorno de nascentes e rios, além da reserva de água em açudes e quadras de arroz.

A pesquisa de campo é desenvolvida por equipes da Epagri, que trabalha na caracterização hidrográfica, climática, de solos, da vegetação e do uso e ocupação do solo. Também foram mapeados proprietários que residem na bacia, as principais atividades agrícolas e as áreas que necessitam de recuperação.

Segundo o Cadastro Ambiental Rural (CAR), os dois municípios compreendidos pela Bacia do Rio Piçarras (Piçarras e Barra Velha) possuem 296 propriedades rurais cadastradas, com um total de 5.009,78 hectares, o que representa 84,37% da área em estudo. Banana, maracujá, palmito, arroz, feijão, mandioca e milho são os principais produtos agrícolas da região.

Toda a parte de campo foi executada, e o estudo agora está focado no desenvolvimento da metodologia de pagamento e na estimativa de custos. A meta prevê a finalização do estudo em março de 2023, sendo possível a partir daí a implantação das ações do Pagamento de Serviços Ambientais.

A melhora da oferta de água bruta na Bacia Hidrográfica e, por consequência, na captação da CASAN, e também a melhora da qualidade da água são alguns dos benefícios esperados com a recuperação das matas ciliares.

## Tratos pelo Saneamento

Lançado oficialmente pela CASAN no ano de 2016, o Trato pelo Saneamento é um programa guarda-chuva, que associa vistorias, orientação técnica gratuita e ações educativas voltadas à regularização das ligações de esgoto e combate à poluição decorrente do descarte irregular do esgoto. Seu objetivo é proteger o ambiente,

valorizar o saneamento e colaborar com a qualidade de vida.

O programa vem sendo executado em diferentes cidades e, em 2022, contou com equipes técnicas em Florianópolis (Trato pelo Capivari e Trato pela Lagoa), além de São José (Trato pelo Araújo), Criciúma (Trato por Criciúma), Laguna (Trato por Laguna) e Chapecó (Trato pelo São José).

O propósito é envolver toda a sociedade, trabalhando a fiscalização, o diálogo e ações de educação ambiental, pois o saneamento depende de ações conjuntas entre diversos atores.

Com os Tratos Pelo Saneamento a CASAN mantém um importante canal de diálogo e de apoio técnico para que a população auxilie na missão de coletar e tratar o esgoto sanitário. A regularização das instalações hidrossanitárias dos imóveis para adequada conexão aos sistemas de coleta e tratamento da CASAN é fundamental para que a população tenha mais condições de saúde e as cidades persigam suas metas de desenvolvimento sustentável.

## Operação Verão

Com a infraestrutura de abastecimento reforçada pelo Planejamento Hídrico do Governo do Estado, a CASAN teve um balanço positivo do período entre o Natal e Ano Novo, historicamente um dos momentos de maior consumo no litoral catarinense.

Um exemplo de experiência bem-sucedida ocorreu em Florianópolis, onde houve elevação de 100% no consumo no Sistema Costa Norte (que atende praias como Ingleses e Canasvieiras) e na Costa Sul-Leste (que entrega água desde o Pântano do Sul até a Barra da Lagoa).

A segurança é resultado de obras estruturais, como o novo sistema de captação no Rio Cubatão, que dobrou a capacidade de enviar água desse manancial para a Estação de Tratamento que atende Florianópolis, Biguaçu, Santo Amaro, São José e Palhoça.

Outras melhorias que trouxeram reforço ao abastecimento na Grande Florianópolis foram a perfuração de sete novos poços (três no Leste e quatro no Norte da Ilha), a instalação de uma quinta bomba na Estação de Tratamento de Água dos Ingleses e de um novo conjunto motobomba na Estação de Tratamento da Lagoa do Peri.

Toda essa estrutura foi associada a ampliações de rede de distribuição de água e ao reforço dos novos reservatórios do Monte Cristo e de Forquilha, em São José, que juntos garantem uma capacidade de armazenamento de 13 milhões de litros de água tratada para a região.

Portanto, as obras estruturais que foram implantadas nos últimos anos e a interligação entre os três sistemas que atendem Florianó-



*Estação de Tratamento da Lagoa do Peri*

polis (Sistema Integrado, Costa Norte e Costa Sul-Leste), um dos destinos mais procurados em Santa Catarina no verão, trouxeram segurança operacional para mais uma temporada.

Outros destinos com grande visitação, como Garopaba, Laguna, Balneário Piçarras e Barra Velha também foram beneficiados com investimentos em seus sistemas de abastecimento, atendendo com tranquilidade moradores e visitantes que aproveitaram o final de ano e o verão no litoral de Santa Catarina.

■ DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS



## BALANÇO PATRIMONIAL

### ATIVO

Levantado em:

	NOTAS	31/12/2022	31/12/2021	1/1/2021
<b>CIRCULANTE</b>			<b>Reapresentado</b>	<b>Reapresentado</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7	351	142	2.300
Títulos e valores mobiliários	8	51.989	94.382	130.394
Contas a receber de clientes	9	272.133	218.501	214.286
Partes relacionadas	22	5.388	4.850	4.238
Estoques	10	130.961	66.031	48.521
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	11	54.799	84.087	80.405
Outros	12	16.501	15.092	17.317
		<b>532.122</b>	<b>483.085</b>	<b>497.461</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>				
Contas a receber de clientes	9	27.419	27.751	8.976
Depósitos dados em garantia	20	116.551	103.949	102.182
Ativo fiscal diferido	14	60.611	60.431	66.154
Ativo Financeiro	13	8.325	12.490	20.079
Direito de Uso de Bem	3r	14.837	21.167	16.466
		<b>227.743</b>	<b>225.788</b>	<b>213.857</b>
Investimentos	15	34	304	304
Imobilizado	15	58.489	42.748	39.653
Intangível	15	2.381.893	1.878.531	1.749.050
Obras em andamento	15	1.143.113	1.247.362	1.237.286
		<b>3.583.529</b>	<b>3.168.945</b>	<b>3.026.293</b>
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.811.272</b>	<b>3.394.733</b>	<b>3.240.150</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.343.394</b>	<b>3.877.818</b>	<b>3.737.611</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONTINUA  
▼

## PASSIVO

Levantado em:

	NOTAS	31/12/2022	31/12/2021	1/1/2021
<b>CIRCULANTE</b>			<b>Reapresentado</b>	<b>Reapresentado</b>
Empréstimos e financiamentos	16	305.919	145.931	254.303
Fornecedores e empreiteiros		141.913	41.638	37.107
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	59.091	49.168	42.097
Plano de demissão voluntária incentivada	21b	85.872	77.757	72.898
Impostos e contribuições a recolher	18	74.318	86.956	84.953
Dividendos propostos		21.849	32.052	65.952
Contratos de Arrendamento Mercantil	3r	11.872	10.752	12.166
Outros		3.310	2.253	1.726
		<b>704.144</b>	<b>446.507</b>	<b>571.202</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	16	1.353.375	1.253.787	1.200.132
Partes relacionadas	22	27.271	42.516	54.489
Impostos e contribuições a recolher	18	4.755	12.449	20.031
Plano de demissão voluntária incentivada	21b	195.678	251.091	308.603
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e participações	17	3.176	3.177	3.177
Provisão para contingências	20	79.891	78.124	75.727
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	66.187	71.681	76.946
Plano previdenciário	21a	25.125	45.242	108.248
Contratos de Arrendamento Mercantil	3r	4.615	11.852	5.492
Receita diferida	23	18.266	19.260	19.260
		<b>1.778.339</b>	<b>1.789.179</b>	<b>1.872.105</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>24</b>		
Capital social		1.118.641	1.030.563	884.947
Adiantamento para futuro aumento de capital		86.663	45.851	3.269
Reserva de reavaliação		80.546	83.116	85.213
Ajuste patrimonial		84.461	96.769	114.478
Reserva legal		34.887	30.288	23.540
Reserva para fundo de investimentos		457.135	381.011	279.280
Outros resultados abrangentes (ORA)		(1.422)	(25.466)	(96.423)
<b>Lucros/(Prejuízos)</b>		-	-	-
		<b>1.860.911</b>	<b>1.642.132</b>	<b>1.294.304</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>4.343.394</b>	<b>3.877.818</b>	<b>3.737.611</b>
Patrimônio Líquido/Ação		1,9594	1,8768	1,7227

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Em milhares de reais	
	Exercícios findos em	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 25)	1.409.964	1.217.771
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(784.342)	(613.491)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>625.622</b>	<b>604.280</b>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(91.636)	(73.802)
Gerais e administrativas	(314.095)	(259.173)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (nota 29)	16.322	7.290
	<b>(389.409)</b>	<b>(325.685)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>	<b>236.213</b>	<b>278.595</b>
RESULTADO FINANCEIRO (nota 28)		
Receitas financeiras	32.968	17.439
Despesas financeiras	(130.404)	(91.955)
	<b>(97.436)</b>	<b>(74.516)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>138.777</b>	<b>204.079</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Corrente	(52.461)	(68.672)
Diferido	5.674	(457)
	<b>(46.787)</b>	<b>(69.129)</b>
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	91.990	134.950
Participações estatutárias	-	-
<b>(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>91.990</b>	<b>134.950</b>
QUANTIDADE DE AÇÕES (Em milhares)	949.740	874.960
<b>(Prejuízo) Lucro por lote de mil ações</b>	<b>0,09686</b>	<b>0,15424</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2022	Em milhares de reais 31/12/2021
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES</b>		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	91.990	134.950
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	109.706	102.226
Depreciação - crédito de tributos	7.545	6.436
AVP de Direito de uso de bem	214	245
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.674)	457
Provisão para contingências	1.766	2.397
Variação cambial não realizada	(27.240)	(2.786)
Outros Ajustes	993	(4.642)
Alienação imobilizado	920	816
	<b>180.220</b>	<b>240.099</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>		
Contas a receber de clientes	(53.300)	(22.991)
Partes relacionadas	(538)	(612)
Estoques	(64.930)	(17.510)
Ativos financeiros	4.165	7.590
Depósitos dados em garantia	(12.602)	(1.767)
Impostos e contribuições a recuperar	29.288	(3.682)
Convênios com Prefeituras	679	2.033
Direito de Uso de Bem	-	-
Outros	(2.088)	193
	<b>(99.326)</b>	<b>(36.746)</b>
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>		
Fornecedores e empreiteiros	100.275	4.531
Partes relacionadas	(15.245)	(11.973)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9.923	7.072
Impostos e contribuições a recolher	(20.332)	(5.579)
Plano de demissão voluntária incentivada	(47.298)	(52.654)
Pagamento de Dividendos	(4.160)	(8.964)
Plano previdenciário	(20.117)	(63.006)
Contratos de Arrendamento Mercantil	-	-
Outros	63	527
	<b>3.109</b>	<b>(130.046)</b>

CONTINUA



	<b>31/12/2022</b>	Em milhares de reais <b>31/12/2021</b>
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>84.003</b>	<b>73.307</b>
<b>FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Adições imobilizado e intangível	(533.024)	(252.261)
Variação cambial dos investimentos financiados	(62.440)	14.429
Aplicações financeiras	-	-
Baixas de Imobilizado/intangível devido a municipalização	-	132
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(595.464)</b>	<b>(237.700)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Adições nos empréstimos e financiamentos	462.466	47.177
Amortização nos empréstimos e financiamentos	(113.211)	(113.536)
Ajustes patrimoniais	(4.165)	(9.566)
Outros ajustes	137	3.345
Aumento de Capital em espécie	7	81.995
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	100.000	45.851
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	24.043	70.957
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>469.277</b>	<b>126.223</b>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(42.184)	(38.170)
Caixa e aplicações de liquidez imediata no início do exercício	94.524	132.694
Caixa e aplicações de liquidez imediata no final do exercício	52.340	94.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro								
	Capital social	Resultados abrangentes			Reservas de lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reavaliação	Ajuste patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva p/ Plano de Investimentos			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>884.947</b>	<b>85.213</b>	<b>114.478</b>	<b>(96.423)</b>	<b>23.540</b>	<b>279.280</b>	<b>3.269</b>	<b>-</b>	<b>1.294.304</b>
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021</b>	<b>884.947</b>	<b>85.213</b>	<b>114.478</b>	<b>(96.423)</b>	<b>23.540</b>	<b>279.280</b>	<b>3.269</b>	<b>-</b>	<b>1.294.304</b>
								Reapresentado	
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.148)	(12.338)					15.486	
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		1.070	4.195					(5.265)	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(9.566)						(9.566)
Outros Ajustes		(19)						(4.641)	(4.660)
Outros resultados abrangentes (ORA)				70.957					70.957
Aumento de Capital	6.633						(3.269)		3.364
Realização de Ações a Subscrever (dividendos 2019)	26.221								26.221
Realização de Ações a Subscrever (dividendos 2020)	25.146								25.146
Realização de Ações a Subscrever (dividendos 2017)	5.620								5.620
Realização de Ações a Subscrever (em espécie)	27.835								27.835
AFAC	54.161						45.851		100.012
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício								134.950	134.950
Destinação dos lucros/(Prejuízo)									
Dividendos propostos								(32.051)	(32.051)
Reserva legal					6.748			(6.748)	
Reserva para fundo de investimentos						101.731		(101.731)	

CONTINUA



Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro								
	Capital social	Resultados abrangentes			Reservas de lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reavaliação	Ajuste patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva p/ Plano de Investimentos			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>1.030.563</b>	<b>83.116</b>	<b>96.769</b>	<b>(25.466)</b>	<b>30.288</b>	<b>381.011</b>	<b>45.851</b>	<b>-</b>	<b>1.642.132</b>
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022</b>	<b>1.030.563</b>	<b>83.116</b>	<b>96.769</b>	<b>(25.466)</b>	<b>30.288</b>	<b>381.011</b>	<b>45.851</b>	<b>-</b>	<b>1.642.132</b>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.820)	(12.338)					16.158	-
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		1.299	4.195					(5.494)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(4.165)						(4.165)
Revisão Tributos de Reavaliação									-
Baixa de investimentos								(269)	(269)
Outros Ajustes		(49)						186	137
Outros resultados abrangentes (ORA)				24.044					24.044
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital							100.000		100.000
Governo do Estado (em espécie)							993		993
Governo do Estado (reclassificação de contas)									-
Aumento de Capital									-
Realização de Ações a Subscrever (dividendos 2021)	27.890								27.890
Realização de Ações a Subscrever (em espécie)	60.188						(60.181)		7
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício								91.990	91.990
Destinação dos lucros/(Prejuízo)									-
Dividendos propostos								(21.848)	(21.848)
Reserva legal					4.599			(4.599)	-
Reserva para fundo de investimentos						76.124		(76.124)	-
									-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>1.118.641</b>	<b>80.546</b>	<b>84.461</b>	<b>(1.422)</b>	<b>34.887</b>	<b>457.135</b>	<b>86.663</b>	<b>-</b>	<b>1.860.911</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS

Em milhares de reais  
Exercícios findos em 31 de dezembro

	31/12/2022	31/12/2021
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.540.853</b>	<b>1.326.672</b>
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.555.736	1.342.338
1.2. Outras receitas (despesas) operacionais	16.323	7.290
1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.206)	(22.956)
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>	<b>(555.221)</b>	<b>(408.818)</b>
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(276.235)	(164.241)
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(257.984)	(232.430)
2.3. Outras despesas gerais	(21.002)	(12.147)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>985.632</b>	<b>917.854</b>
<b>4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>(131.184)</b>	<b>(122.551)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(109.706)	(102.226)
4.2 Depreciação - crédito de tributos	(7.545)	(6.436)
4.3 Amortização dto uso de bens	(13.933)	(13.889)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>854.448</b>	<b>795.303</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>32.968</b>	<b>17.439</b>
6.1. Receitas financeiras	32.968	17.439
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>887.416</b>	<b>812.742</b>

CONTINUA



	Em milhares de reais	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>887.416</b>	<b>812.742</b>
8.1. Pessoal	398.509	336.566
8.1.1. Remuneração direta	266.072	222.443
8.1.2. Benefícios	75.880	74.187
8.1.3. FGTS	20.058	16.687
8.1.4. Plano Demissão Voluntária Incentivada	36.499	23.249
8.2. Impostos, taxas e contribuições	266.513	249.271
8.2.1. Federais	266.298	249.106
8.2.2. Estaduais	165	139
8.2.3. Municipais	50	26
8.3. Remuneração de capital de terceiros	130.404	91.955
8.3.1. Juros	155.901	87.259
8.3.2. Outras	(25.497)	4.696
8.3.2.1. Variações monetárias e cambiais	(27.240)	2.786
8.3.2.2. Multas e acréscimos moratórios	-	-
8.3.2.3. Outras despesas de financiamentos	1.743	1.910
8.4. Remuneração de capitais próprios	91.990	134.950
8.4.2. Dividendos	21.848	32.051
8.4.3. (Prejuízo) do exercício/Lucros retidos	70.142	102.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Em milhares de reais	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Período	91.990	134.950
Realização da reserva de reavaliação	(16.158)	(15.486)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	(4.165)	(9.565)
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	5.494	5.265
Outros Resultados Abrangentes	24.043	70.957
Resultado Abrangente do Período	101.204	186.121



Estação de Tratamento de Esgoto Piçarras

NOTAS  
EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS



# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2022 em milhares de Reais

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, que são os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente a uma população residente de mais de 2,7 milhões de pessoas (39% da população do estado de Santa Catarina), em 193 municípios catarinenses (66% dos municípios) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros quatro

municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 200 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 177 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor e 14 municípios estão com os Contratos vencidos, sendo que dos 177 municípios que possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, em 163 foram inseridas as metas de universalização previstas na LEI Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 87% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios (31) a Companhia permanece realizando os investimentos de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação re-

gionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratualização e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios que terão o prazo de vencimento dos Contratos de Programa ou Convênios expirados, por ano:

ANO DE VENCIMENTO – Nº DE MUNICÍPIOS					
2023	12	2029	4	2035	2
2024	7	2030	12	2036	18
2025	3	2031	1	2037	0
2026	2	2032	3	2038	3
2027	2	2033	0	2039	1
2028	11	2034	7	2041	2
				2042	12
				2043	10
				2044	7
				2045	3
				2046	8
				2047	5
				2048	11
				2049	13
				2050	8
				2051	0
				2052	1
				2053	1
				2054	0
				2055	1
				2056	2
				2057	0
				2065	2
<b>Total de 177 municípios</b>					

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 e da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações contábeis individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2023.

### b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais::

1. Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
2. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;

3. O ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das informações do exercício de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer perío-

dos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão inclusos nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Imobilizado e Intangível

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

### **a. Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a

moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

## **b. Instrumentos financeiros**

### **i. Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

### Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

### Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº13.

## ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

### **iii. Capital Social**

- Ações ordinárias
- Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.
- Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

### **c. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

### **d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo

(valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas.

#### **e. Estoques**

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

#### **f. Imobilizado**

##### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas

de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

##### Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

##### Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

### **g. Redução ao valor recuperável – *Impairment***

#### Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os rece-

bíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

#### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de

venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou “UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para deter-

minar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de

caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por impairment amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

#### **h. Benefícios a empregados**

##### Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das

informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI – Plano de Demissão Voluntária Incentivada.

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de

pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### **i. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

#### **j. Receita por serviços prestados**

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios eco-

nômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

### **k. Subvenção e assistência governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

### **l. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensura-

dos pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

### **m. Impostos sobre receitas**

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

### **n. Imposto de renda e contribuição social**

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre

o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **o. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

### **p. Informações por segmento**

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de

decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

#### **q. Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (cus-

tos dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### **r. Direito de Uso – Arrendamento**

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento de acordo com o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

(i) se teriam ocorrido ajustes por remensuração;

(ii) qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2026.

### MATURIDADE DOS CONTRATOS

VENCIMENTO DAS PRESTAÇÕES	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	11.867
2023	12.526	10.048
2024	3.898	1.992
2025	908	337
2026	22	-

(iii) juros incorridos no período;

Conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

(iv) contraprestações pagas;

O montante liquidado em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$17.354.

(v) PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

O passivo de arrendamento foi mensurado, no reconhecimento inicial, pelo valor integral obtido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa de pagamentos de arrendamentos, sem qualquer segregação dos tributos a recuperar;

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2022 estão representados da seguinte forma:

<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Revisão/ novos contratos</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>31/12/2022</b>
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	21.167	7.604	0	(13.934)	14.837
	<b>21.167</b>	<b>7.604</b>	<b>0</b>	<b>(13.934)</b>	<b>14.837</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Revisão/ novos contratos</b>	<b>Amortização</b>	<b>Ajuste a valor presente</b>	<b>31/12/2022</b>
Arrendamento	22.604	7.604	(13.934)	213	16.487
	<b>22.604</b>	<b>7.604</b>	<b>(13.934)</b>	<b>213</b>	<b>16.487</b>
			<b>Circulante</b>		<b>11.872</b>
			<b>Não circulante</b>		<b>4.615</b>

## 4. GERENCIAMENTO DE RISCO

### 4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

Risco de Liquidez

Risco de Mercado

### 4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros). A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela abaixo:

	<b>31/12/ 2022</b>	<b>31/12/ 2021</b>
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	1.659.294	1.399.718
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(351)	(142)
(-) Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata (nota 8)	(51.989)	(94.382)
Dívida Líquida	1.606.954	1.305.194
Total do Patrimônio Líquido	1.860.911	1.671.985
Capital Total	3.467.865	2.977.179
Índice de Alavancagem	46%	44%

### 4.3 Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos – o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira – coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 são:

	31 DE DEZEMBRO			
	2022 Contábil	2021 Contábil	2022 Valor Justo	2021 Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	351	142	351	142
Títulos e Valores Mobiliários de				
Liquidez Imediata	51.989	94.382	51.989	94.382
Contas a Receber (líquido de PDD)	272.133	218.501	272.133	218.501
Empréstimos e Financiamentos em:				
moeda nacional	(1.056.380)	(779.604)	(1.056.380)	(779.604)
em moeda estrangeira	(602.914)	(620.114)	(602.914)	(620.114)

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

#### Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;

- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

### Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

### Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em torno de 10%, 15%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	INDEXADOR	31.12.2022	+10%	-10%	+15%	-15%	+25%	-25%	+50%	-50%
<b>Passivo Financeiro</b>		1.074.648	1.182.113	967.183	1.235.845	913.451	1.343.310	805.986	1.611.972	537.324
<b>CAIXA</b>	UPR	200.960	221.056	180.864	231.104	170.816	251.200	150.720	301.440	100.480
<b>BNDES</b>	URTJLP	18.268	20.095	16.441	21.008	15.528	22.835	13.701	27.402	9.134
<b>Debêntures</b>	CDI	584.651	643.116	526.186	672.349	496.953	730.814	438.488	876.977	292.326
<b>Banco Safra</b>	CDI	52.688	57.957	47.419	60.591	44.785	65.860	39.516	79.032	26.344
<b>Banco do Brasil</b>	CDI	47.314	52.045	42.583	54.411	40.217	59.143	35.486	70.971	23.657
<b>ABC 1</b>	CDI	47.870	52.657	43.083	55.051	59.838	35.903	71.805	23.935	
<b>Santander</b>	CDI	47.214	51.935	42.493	54.296	40.132	59.018	35.411	70.821	23.607
<b>Votorantim</b>	CDI	50.598	55.658	45.538	58.188	43.008	63.248	37.949	75.897	25.299
<b>ABC 2</b>	CDI	25.085	27.594	22.577	28.848	21.322	31.356	18.814	37.628	12.543
<b>CDI</b>		13,65	15,015	12,285	15,6975	11,6025	17,0625	10,2375	20,475	6,825
<b>UPR</b>		22,13140579	24,3445464	19,9182652	25,4511167	18,8116949	27,6642572	16,5985543	33,1971087	11,0657029
<b>URTJLP</b>		2,066982	2,2736802	1,8602838	2,3770293	1,7569347	2,5837275	1,5502365	3,100473	1,033491

### Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em torno de 10%, 15%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	MOEDA	31.12.2022	+10%	-10%	+15%	-15%	+25%	-25%	+50%	-50%
<b>Passivo</b>		<b>602.914</b>	<b>663.205</b>	<b>542.623</b>	<b>693.351</b>	<b>512.477</b>	<b>753.643</b>	<b>452.186</b>	<b>904.371</b>	<b>301.457</b>
AFD	Euro	252.198	277.418	226.978	290.028	214.368	315.248	189.149	378.297	126.099
JICA	Ien	350.716	385.788	315.644	403.323	298.109	438.395	263.037	526.074	175.358
EURO		5,5694	6,12634	5,01246	6,40481	4,73399	6,96175	4,17705	8,3541	2,7847
Ien		0,03957	0,043527	0,035613	0,045505	0,033645	0,0494625	0,0296775	0,059355	0,019785

#### Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

## 5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

### Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

#### a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas sig-

nificativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

#### b. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

### c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

### d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas

causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

## 6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demons. de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	1.233.445	322.291	1.555.736
Deduções da receita bruta	(115.591)	(30.181)	(145.772)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	1.117.854	292.110	1.409.964
Amortização operacional			(101.810)
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(682.532)
Lucro bruto			625.622
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(405.731)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			16.322
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			236.213

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demons. de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	1.084.543	257.795	1.342.338
Deduções da receita bruta	(100.739)	(23.828)	(124.567)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	983.804	233.967	1.217.771
Amortização operacional			(93.410)
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(520.081)
Lucro bruto			604.280
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(332.975)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			7.290
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			278.595



Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31 de dezembro	
	2022	2021
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>532.122</b>	<b>483.085</b>
Contas a receber de clientes, líquido	27.419	27.751
Ativo financeiro	8.325	12.490
Depósitos dados em garantia	116.551	103.949
Ativo fiscal diferido	60.611	60.431
Direito de Uso de Bem	14.837	21.167
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>227.743</b>	<b>225.788</b>
Investimentos	34	304
Imobilizado	58.489	42.748
Obras em andamento	1.143.113	1.247.362
Ativo intangível	2.381.893	1.878.531
Ativos dos segmentos reportados	3.583.529	3.168.945
<b>Ativo total, conforme balanço patrimonial</b>	<b>4.343.394</b>	<b>3.877.818</b>

### Receita Operacional por Superintendência: Água

	31 de dezembro	
	2022	2021
Metropolitana	523.043	409.952
Sul/Serra	223.871	201.474
Oeste	267.606	236.765
Norte/Vale	218.925	236.352
<b>Total</b>	<b>1.233.445</b>	<b>1.084.543</b>

### Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	31 de dezembro	
	2022	2021
Metropolitana	213.283	174.967
Sul/Serra	47.347	35.643
Oeste	44.269	34.343
Norte/Vale	17.392	12.842
<b>Total</b>	<b>322.291</b>	<b>257.795</b>

### Receita Operacional por Município: Água

	31 de dezembro	
	2022	2021
Florianópolis	285.395	241.182
Chapecó	74.166	65.005
Criciúma	89.371	81.238
Rio do Sul	33.146	28.856
São José	120.372	105.265
Outros	630.995	562.997
<b>Total</b>	<b>1.233.445</b>	<b>1.084.543</b>

### Receita Operacional por Município: Esgoto

	31 de dezembro	
	2022	2021
Florianópolis	159.470	133.851
Chapecó	30.433	26.190
Criciúma	33.380	23.236
Rio do Sul	-	-
São José	46.312	39.341
Outros	52.696	35.177
<b>Total</b>	<b>322.291</b>	<b>257.795</b>

### Resumo dos custos e despesas

	31 de dezembro	
	2022	2021
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	784.342	613.491
Vendas	91.636	73.802
Gerais e Administrativas	314.095	259.173
<b>Total</b>	<b>1.190.073</b>	<b>946.466</b>

### Resumo das receitas

	31 de dezembro	
	2022	2021
Água	1.233.445	1.084.543
Esgoto	322.291	257.795
<b>Total</b>	<b>1.555.736</b>	<b>1.342.338</b>

### Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

### Resumo das receitas

	31 de dezembro	
	2022	2021
Bens numerários	-	-
Bancos	351	142
<b>Total Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>351</b>	<b>142</b>

## 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$51.989 (R\$94.382 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas. Do montante total de R\$51.989 em 31 de dezembro de 2022, R\$20.133 refere-se à aplicação dos Recursos destinados especificamente a obras de expansão da companhia, devendo ser aplicado somente para este fim, o restante, R\$31.856, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

Foi aprovada em 14/12/2022 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia de Águas e Saneamento, por todos os empregados e administradores.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Circulante</b>		
Consumidores finais	239.700	204.778
Entidades públicas	11.774	8.147
Consumo a faturar	79.837	65.991
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(59.178)	(60.415)
<b>Total Circulante</b>	<b>272.133</b>	<b>218.501</b>
<b>Não circulante</b>		
Consumidores finais	18.711	18.274
Entidades públicas	8.708	9.477
Créditos reconhecidos como perdas	290.224	257.758
(-) Perdas reconhecidas	(290.224)	(257.758)
<b>Total Não circulante</b>	<b>27.419</b>	<b>27.751</b>
<b>Total Contas a Receber de Clientes</b>	<b>299.552</b>	<b>246.252</b>

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2022, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	> 90 dias>		> 180 dias		Total
		< 90 dias	< 180 dias	< 720 dias	> 720 dias	
Comercial	23.660	6.633	2.694	7.987	32.766	73.740
Industrial	3.733	696	163	566	5.705	10.863
Pública	12.828	4.676	2.700	11.837	98.478	130.519
Residencial	120.795	41.606	9.531	38.788	153.275	363.995
Consumo a faturar	69.837	-	-	-	-	69.837
	<b>230.853</b>	<b>53.611</b>	<b>15.088</b>	<b>59.178</b>	<b>290.224</b>	<b>648.954</b>
PCLD	-	-	-	(59.178)	(290.224)	(349.402)
<b>Total Contas a Receber</b>	<b>230.853</b>	<b>53.611</b>	<b>15.088</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>299.552</b>

a) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

Em 31 de dezembro de 2022 a conta apresenta um saldo de R\$13.808 (R\$13.590 em 31 de dezembro de 2021).

## 10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	31 de dezembro	
	2022	2021
Materiais em almoxarifado	130.961	66.031
Outros	-	-
<b>Total Estoques</b>	<b>130.961</b>	<b>66.031</b>

O aumento dos estoques se deu por conta do aumento dos custos dos insumos, além do aumento do nº de itens em estoques em função das obras do planejamento hídrico.

## 11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

	31 de dezembro	
	2022	2021
Imposto de Renda a compensar	38.222	46.744
Contribuição Social a compensar	14.174	17.236
Impostos retidos a recuperar	2.226	6.121
Outros	177	13.986
<b>Total</b>	<b>54.799</b>	<b>84.087</b>

Em 2020 foi contratada a consultoria Berkan Auditores Independentes S.S. para a revisão dos tributos dos anos de 2015 a 2018. Com o relatório final da consultoria a área tributária da Companhia realizou análise do saldo dos impostos a recuperar na contabilidade. Constatou-se um montante de créditos que em 2022 não pôde mais ser utilizado, tais valores somaram o montante de R\$16.649 mil e foram baixados na conta de despesa “Outros Impostos e Contribuições”.

## 12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	31 de dezembro	
	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores	7.570	5.603
Convênios com prefeituras	4.545	5.223
Adiantamentos a empregados	2.147	2.096
Pagamentos reembolsáveis	1.288	1.265
Outros créditos	951	905
<b>Total</b>	<b>16.501</b>	<b>15.092</b>

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parcerização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

### 13. ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

<b>Ativos financeiros</b>	<b>Saldo contábil antes dos ajustes</b>	<b>12,5% a.a.</b>	<b>Nº anos restantes</b>	<b>Ajustes em 2011 a 2022</b>	<b>Saldo contábil em 31 dez. 2022</b>
Imbituba	24.816	3.108	0	24.816	0
Gravatal	8.267	1.033	0	8.267	0
Morro da Fumaça	4.438	555	3	2.774	1.664
São José do Cedro	3.585	448	0	3.585	0
Bombinhas	6.933	850	2	5.167	1.766
Ilhota	1.498	188	2	1.122	376
Princesa	189	24	3	118	71
Guabiruba	2.062	258	3	1.289	773
Videira	9.798	1.225	3	6.123	3.675
	<b>61.586</b>	<b>7.689</b>		<b>53.261</b>	<b>8.325</b>

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura de	Ano da saída	Saldos em 31 de dez. de 2022	Prefeitura de	Ano da saída	Saldos em 31 de dez. de 2022
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Itajaí	2005	30.000
Itapoá	2007	3.469	Joinville	2005	135.000
Imbituba	2014	25.037	Papanduva	2005	800
Massaranduba	2010	2.486	Três Barras	2011	2.281
Meleiro	2009	571	Timbó	2005	5.000
Palhoça	2007	10.000	Itapema	2005	4.000
Penha	2012	8.896	São José do Cedro	2014	3.584
Praia Grande	2013	1.078	Lages	2005	110.000
Presidente Getúlio	2010	4.536	Garuva	2012	475
João Batista	2005	1.900	Gravatal	2015	8.308
Bombinhas	2017	7.100	Videira	2018	9.000
Princesa	2017	191	Guabiruba	2018	3.072
<b>Total de indenizações</b>		<b>482.705</b>			

## 14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	31 de dezembro	
				2022 Total	2021 Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	59.178	14.795	5.326	20.121	20.541
Provisão para contingências trabalhistas	10.486	2.621	944	3.565	4.122
Provisão para contingências cíveis	64.905	16.226	5.841	22.067	20.910
Provisão para contingências ambientais	4.500	1.125	405	1.530	1.530
Revisão dos tributos (reclassificado)	-	-	-	-	(29.853)
Prejuízo Fiscal	39.199	9.799	3.528	13.327	43.181
	178.268	44.567	16.044	60.611	60.431
<b>Classificação do ativo diferido:</b>					
Realizável a longo prazo				60.611	60.431

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

<b>Imposto de Renda diferido ativo</b>	<b>Provisão para contingências</b>	<b>Provisão p/ devedores duvidosos</b>	<b>Revisão dos tributos (reapresentado)</b>	<b>Prejuízo Fiscal</b>	<b>Ajuste a Valor Justo</b>	<b>Total</b>
Em 01 de janeiro de 2021	25.747	22.487	(29.853)	43.181	4.592	66.154
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	815	(1.946)	-	-	(4.592)	(5.723)
Em 31 de dezembro de 2021	26.562	20.541	(29.853)	43.181	-	60.431
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	601	(421)	-	-	-	180
Em 31 de dezembro de 2022	27.163	20.120	(29.853)	43.181	-	60.611

### a) Reapresentação dos valores

Em 2020 foi contratada a consultoria Berkan Auditores Independentes S.S. para a revisão dos tributos dos anos de 2015 a 2018. Em paralelo a esse trabalho identificamos a falta de adição e ajustes realizados no LALUR do ano de 2018. Esse ajuste acarretou redução do prejuízo fiscal e conseqüentemente do diferido em R\$29,8 milhões. Tal ajuste está

sendo apresentado retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis da Companhia em relação aos valores anteriormente apresentados:

BALANÇO PATRIMONIAL	Original		Ajustes	Reapresentado
	31 de dezembro de 2022	2021		
				31/12/2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	351	142	-	142
Títulos e valores mobiliários	51.989	94.382	-	94.382
Contas a receber de clientes	272.133	218.501	-	218.501
Partes relacionadas	5.388	4.850	-	4.850
Estoques	130.961	66.031	-	66.031
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	54.799	84.087	-	84.087
Outros	16.501	15.092	-	15.092
	<b>532.122</b>	<b>483.085</b>	-	<b>483.085</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>				
Contas a receber de clientes	27.419	27.751	-	27.751
Depósitos dados em garantia	116.551	103.949	-	103.949
Ativo fiscal diferido	60.611	90.284	(29.853)	60.431
Ativo Financeiro	8.325	12.490	-	12.490
Direito de Uso de Bem	14.837	21.167	-	21.167
	<b>227.743</b>	<b>255.641</b>	<b>(29.853)</b>	<b>225.788</b>
Investimentos	34	304	-	304
Imobilizado	58.489	42.748	-	42.748
Intangível	2.381.893	1.878.531	-	1.878.531
Obras em andamento	1.143.113	1.247.362	-	1.247.362
	<b>3.583.529</b>	<b>3.168.945</b>	-	<b>3.168.945</b>
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.811.272</b>	<b>3.424.586</b>	-	<b>3.394.733</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.343.394</b>	<b>3.907.671</b>	<b>(29.853)</b>	<b>3.877.818</b>

BALANÇO PATRIMONIAL	Original		Ajustes	Reapresentado
	31 de dezembro de 2022	2021		
				31/12/2021
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	305.919	145.931	-	145.931
Fornecedores e empreiteiros	141.913	41.638	-	41.638
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	59.091	49.168	-	49.168
Plano de demissão voluntária incentivada	85.872	77.757	-	77.757
Impostos e contribuições a recolher	74.318	86.956	-	86.956
Dividendos propostos	21.849	32.052	-	2.052
Contratos de Arrendamento Mercantil	11.872	10.752	-	10.752
Outros	3.310	2.253	-	2.253
	<b>704.144</b>	<b>446.507</b>	-	<b>446.507</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	1.353.375	1.253.787	-	1.253.787
Partes relacionadas	27.271	42.516	-	42.516
Impostos e contribuições a recolher	4.755	12.449	-	12.449
Plano de demissão voluntária incentivada	195.678	251.091	-	251.091
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e participações	3.176	3.177	-	3.177
Provisão para contingências	79.891	78.124	-	78.124
Imposto de renda e contribuição social diferidos	66.187	71.681	-	71.681
Plano previdenciário	25.125	45.242	-	45.242
Contratos de Arrendamento Mercantil	4.615	11.852	-	11.852
Receita diferida	18.266	19.260	-	19.260
	<b>1.778.339</b>	<b>1.789.179</b>	-	<b>1.789.179</b>

CONTINUA



BALANÇO PATRIMONIAL	Original		Ajustes	Reapresentado
	31 de dezembro de			
	2022	2021		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	1.118.641	1.030.563	-	1.030.563
Adiantamento para futuro aumento de capital	86.663	45.851	-	45.851
Reserva de reavaliação	80.546	83.116	-	83.116
Ajuste patrimonial	84.461	96.769	-	96.769
Reserva legal	34.887	30.288	-	30.288
Reserva para fundo de investimentos	457.135	410.864	(29.853)	381.011
Outros resultados abrangentes (ORA)	(1.422)	(25.466)	-	(25.466)
Lucros/(Prejuízos)	-	-	-	-
	<b>1.860.911</b>	<b>1.671.985</b>	<b>(29.853)</b>	<b>1.642.132</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>				
	4.343.394	3.907.671	(29.853)	3.877.818
Patrimônio Líquido/Ação	1,9594	1,9109	-	1,8768



## DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reapresentada								
	Em milhares de reais								
	Exercícios findos em 31 de dezembro								
Capital social	Resultados abrangentes			Reservas de lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	
	Reavaliação	Ajuste patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva p/ Plano de Investimentos				
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>884.947</b>	<b>85.213</b>	<b>114.478</b>	<b>(96.423)</b>	<b>23.540</b>	<b>309.133</b>	<b>3.269</b>	<b>-</b>	<b>1.324.157</b>
<b>AJUSTE DE ATIVO FISCAL DIFERIDO</b>						<b>(29.853)</b>			<b>(29.853)</b>
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021</b>	<b>884.947</b>	<b>85.213</b>	<b>114.478</b>	<b>(96.423)</b>	<b>23.540</b>	<b>279.280</b>	<b>3.269</b>	<b>-</b>	<b>1.294.304</b>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.148)	(12.338)					15.486	-
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		1.070	4.195					(5.265)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(9.566)						<b>(9.566)</b>
Outros Ajustes		(19)						(4.641)	<b>(4.660)</b>
Outros resultados abrangentes (ORA)				70.957					<b>70.957</b>
Aumento de Capital	6.633						(3.269)		<b>3.364</b>
Realização de Ações a Subscrever (dividendos 2019)	26.221								<b>26.221</b>
Realização de Ações a Subscrever (dividendos 2020)	25.146								<b>25.146</b>
Realização de Ações a Subscrever (dividendos 2017)	5.620								<b>5.620</b>
Realização de Ações a Subscrever (em espécie)	27.835								<b>27.835</b>
AFAC	54.161						45.851		<b>100.012</b>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício								134.950	<b>134.950</b>
Destinação dos lucros/(Prejuízo)									
Dividendos propostos								(32.051)	<b>(32.051)</b>
Reserva legal					6.748			(6.748)	-
Reserva para fundo de investimentos						101.731		(101.731)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>.030.563</b>	<b>83.116</b>	<b>96.769</b>	<b>(25.466)</b>	<b>30.288</b>	<b>381.011</b>	<b>45.851</b>	<b>-</b>	<b>1.642.132</b>

## 15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2022 os ativos Intangível, Imobilizado e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

### a) Ativos Intangíveis

	31 de dez. de 2021	Amortização	Baixas/Municipalizações e Ajustes	Aquisições/Transf.	31 de dez. de 2022
	Líquido				Líquido
<b>Sistema de Água</b>					
Produção/Distribuição	939.588	(53.047)	(968)	100.515	986.088
<b>Sistema de Esgoto</b>					
Redes/Tratamento	938.943	(55.262)	(198)	512.222	1.395.704
<b>Total</b>	<b>1.878.531</b>	<b>(108.309)</b>	<b>(1.166)</b>	<b>612.837</b>	<b>2.381.893</b>

Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

	31 de dezembro de			
	2022		2021	
Município	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Caçador	16.994	(8.080)	8.914	9.355
Concórdia	104.536	(12.692)	91.844	19.800
Chapecó	246.816	(93.625)	153.191	153.202
Criciúma Sistema Local e Integrado	441.903	(144.578)	297.325	171.498
Curitibanos	122.466	(15.178)	107.288	106.208
Fpolis. Sistema Local e Integrado	1.259.497	(556.019)	703.478	675.844
Laguna	102.079	(19.860)	82.219	81.508
Rio do Sul Sistema Local e Integrado	41.754	(16.282)	25.472	23.565
Santo Amaro da Imperatriz	21.442	(8.499)	12.943	12.014
São Joaquim	64.234	(17.866)	46.368	43.679
São José	99.329	(40.682)	58.647	53.983
São Miguel do Oeste Sistema Local e Integrado	30.863	(11.364)	19.499	19.850
Siderópolis	15.935	(5.440)	10.495	10.828
Demais 181 Municípios	1.018.517	(254.307)	764.210	497.197
	<b>3.586.365</b>	<b>(1.204.472)</b>	<b>2.381.893</b>	<b>1.878.531</b>

### b) Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

## b) Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

	31 de dezembro	
	2022	2021
<b>ÁGUA</b>		
Produção	277.166	114.365
Distribuição	59.492	37.556
Projetos e obras de operação Imediata	47.810	22.652
<b>Total Água</b>	<b>384.468</b>	<b>174.573</b>
<b>ESGOTO</b>		
Coleta, tratamento e lançamento final, estudos e projetos em elaboração	698.927	917.848
Projetos e obras de operação Imediata	3.357	2.871
<b>Total Esgoto</b>	<b>702.284</b>	<b>920.719</b>
Projetos e obras administrativas	18.086	104.293
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e convênios com prefeituras	38.275	47.777
<b>Total Obras Administrativas e Estoque de Obras</b>	<b>56.361</b>	<b>152.070</b>
<b>Total Obras em Andamento</b>	<b>1.143.113</b>	<b>1.247.362</b>

De janeiro a dezembro de 2022, a Companhia investiu R\$533.024 nos municípios catarinenses.

## c) Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31 de dez. de 2021 Líquido	Depreciação	Baixas/ Municipalizações e Ajustes	Aquisições/ Transf.	31 de dez. de 2022 Líquido
Ativos Administrativos	42.748	(6.656)	(2.065)	24.462	58.489

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31 de dezembro	
	2022	2021
Ativos reavaliados	260.854	282.507
Tributos sobre a reavaliação	(66.187)	(71.681)
Saldo da reavaliação	194.667	210.826

### Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	31 de dezembro	
	2022	2021
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/

ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

31 de dez. de 2022	
<b>Operações no exterior:</b>	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	278.105
(-) Juros a Apropriar	(25.907)
Japan International Cooperation Agency - JICA	374.077
(-) Juros a Apropriar	(23.361)
<b>Total Operações líquidas no exterior</b>	<b>602.914</b>

### Operações no país:

Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras	328.558
(-) Juros a Apropriar	(127.598)
Debêntures	828.158
(-) Juros a Apropriar	(243.507)
Banco Safra	67.545
(-) Juros a Apropriar	(14.857)
Banco do Brasil	64.443
(-) Juros a Apropriar	(17.129)
Banco ABC	95.935
(-) Juros a Apropriar	(22.980)
Banco Santander	68.639
(-) Juros a Apropriar	(21.425)
Banco Votorantim	66.385
(-) Juros a Apropriar	(15.787)
<b>Total Operações Líquidas no país</b>	<b>1.056.380</b>

<b>Total Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>1.659.294</b>
---	------------------

Abaixo a comparação com o ano de 2021, pelo seu valor líquido:

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Encargos incidentes
	31 de dezembro de				
	2022	2021	2022	2021	
<b>Operações no exterior</b>					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	57.744	66.087	194.454	283.752	Ver nota explicativa
Japan International Cooperation Agency - JICA	39.910	64.647	310.806	205.628	1,20% a.a.
<b>Total Operações no exterior</b>	<b>97.654</b>	<b>130.734</b>	<b>505.260</b>	<b>489.380</b>	
<b>Operações no país:</b>					
Caixa Econômica Federal CAIXA – Obras	10.773	10.740	190.187	194.086	Ver nota explicativa
Debêntures	145.696	4.457	438.955	570.321	Ver nota explicativa
Banco Safra	25.271	-	27.417	-	Ver nota explicativa
Banco ABC	9.249	-	63.706	-	Ver nota explicativa
Banco do Brasil	9.127	-	38.187	-	Ver nota explicativa
Banco Santander	5.468	-	41.746	-	Ver nota explicativa
Banco Votorantim	2.681	-	47.917	-	Ver nota explicativa
<b>Total Operações no país</b>	<b>208.265</b>	<b>15.197</b>	<b>848.115</b>	<b>764.407</b>	
<b>Total Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>305.919</b>	<b>145.931</b>	<b>1.353.375</b>	<b>1.253.787</b>	

a. Em 31 de dezembro de 2022 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2021).

b. As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano	31 de dezembro de 2022
2023	272.817
2024	354.640
2025	308.734
Após 2026	723.103
<b>Total</b>	<b>1.659.294</b>

c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo 1 Euro equivalente a R\$5,5694 em 31 de dezembro de 2022 e R\$6,321 em 31 de dezembro de 2021 e, 1 lene equivalente a R\$0,03957 em 31 de dezembro de 2022 e R\$0,04847 em 31 de dezembro de 2021.

### **Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD**

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor é de R\$252.198 equivalente a €45.283.

### **Japan International Cooperation Agency – JICA**

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e de ¥2.102.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e

0,01% a.a respectivamente. Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia recebeu o montante de R\$323.499 (¥8.495.340) para as obras e de R\$66.407 (¥2.311.249) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20/03/2017 e finalizará em 20/03/2035. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor é de R\$ 350.716 equivalente a ¥ 8.863.179

### **Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras**

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31 de dezembro	
		2022	2021
2010	2032	17.956	18.948
2012	2034 a 2036	183.004	185.878
<b>Total</b>		<b>200.960</b>	<b>204.826</b>

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

### **Debêntures**

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a.

### **Banco Safra**

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304%

ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – “base over”, divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e final em 12 de fevereiro de 2025.

### **Banco do Brasil**

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027.

### **Banco ABC 1**

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extragrupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de maio de 2023 e final em 28 de abril de 2027.

### **Banco ABC 2**

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (Vinte e cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extragrupo DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento único em 16 de fevereiro de 2024.

### **Banco Santander**

Em 05 de Agosto de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R\$46.600 (quarenta e seis milhões e seiscentos mil de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 4,16% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 05 de agosto de 2023 e final em 05 de julho de 2027.

### **Banco Votorantim**

Em 04 de Novembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Votorantim no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com encargos de 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (Taxa DI), acrescido de 3,% a.a.,

pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 04 de dezembro de 2023 e final em 03 de novembro de 2025.

## **17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos.

	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Circulante:</b>		
Provisão para férias/13ª salário	39.167	32.314
INSS	7.415	6.280
FGTS	2.581	2.145
IR s/folha de pagamento	5.218	3.786
Consignações	4.110	3.672
Outros	600	971
<b>Total Circulante</b>	<b>59.091</b>	<b>49.168</b>
<b>Não Circulante:</b>		
Participação em resultados	3.176	3.177
<b>Total Não Circulante</b>	<b>3.176</b>	<b>3.177</b>

## 18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As composições em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 apresentam os seguintes valores:

	31 de dezembro	
	2022	2021
<b>Circulante:</b>		
REFIS	8.418	7.968
COFINS	8.755	6.832
PIS/PASEP	1.896	1.479
Imposto de Renda - retenções	191	147
Imposto de Renda sobre lucro real	38.171	49.991
PIS/COFINS/CSLL - retenções	558	597
INSS de terceiros	1.189	668
Contribuição social sobre lucro real	14.289	18.681
Outros	851	593
<b>Total circulante</b>	<b>74.318</b>	<b>86.956</b>
<b>Não circulante:</b>		
REFIS	4.755	12.449
<b>Total não circulante</b>	<b>4.755</b>	<b>12.449</b>

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os

seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e pela Secretaria da Receita Federal – SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa Selic overnight acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza	PGFN	SRF	Total da dívida	Amortização com
			na adesão	créditos fiscais
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
<b>Total</b>	<b>45.922</b>	<b>35.727</b>	<b>81.649</b>	<b>18.444</b>

Em 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de setembro de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

<b>Natureza</b>	<b>PGFN</b>	<b>SRF</b>	<b>Total da dívida na adesão</b>
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
<b>Total</b>	<b>47.244</b>	<b>32.789</b>	<b>80.033</b>

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
	<b>31 de dezembro de</b>			
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Saldo anterior	7.968	7.820	12.449	20.031
Transferências	8.646	8.029	(8.646)	(8.029)
Atualizações (TJLP)	-	-	952	447
Amortizações	(8.196)	(7.881)	-	-
	<b>8.418</b>	<b>7.968</b>	<b>4.755</b>	<b>12.449</b>

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$66.187 em 31 de dezembro de 2022 (R\$71.681 em 31 de dezembro de 2021), conforme mencionado na nota explicativa nº15.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

## 20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Provisão para contingências cíveis	64.905	61.500
Provisão para contingências trabalhistas	10.486	12.124
Provisão para contingências ambientais	4.500	4.500
	<b>79.891</b>	<b>78.124</b>
<b>Total Depósitos dados em garantia</b>	<b>(116.551)</b>	<b>(103.949)</b>
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(36.660)	(25.825)

Em 31 de dezembro de 2022 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$668.002 (R\$668.994 em 31 de dezembro de 2021).

#### a. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$64.905 em 31 de dezembro de 2022 (R\$61.500 em 31 de dezembro de 2021).

#### b. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$10.486 em 31 de dezembro de 2022 (R\$12.124 em 31 de dezembro de 2021) em face de eventuais perdas nesses processos.

#### c. Contingências ambientais

Foram provisionados danos ambientais no montante de R\$4.500, em conformidade com o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, em relação ao deslizamento dos taludes da Lagoa de Evapoinfiltração (LEI), que recebe efluente tratado da Estação de Tratamento de Esgoto da Lagoa da Conceição.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis ou remotas.

## 21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da

CVM, foi contratada a empresa Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

#### a. Plano CASANPREV

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$25.125 (R\$45.242 em 31 de dezembro de 2021).

Administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

#### Obrigações previdenciárias:

	31 de dezembro	
	2022	2021
Valor das obrigações no início do ano	329.818	373.530
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(724)	(1.906)
Juros sobre obrigação atuarial	34.380	34.290
Contribuições de participantes vertidas no ano	2.069	1.971
(Ganho) / perda atuarial	(22.781)	(58.281)
Benefícios pagos no ano	(20.781)	(19.786)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	321.981	329.818
Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	284.577	265.282
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(779)	10.734
Contribuições do empregador	2.040	1.943
Contribuições dos participantes	2.069	1.970
Benefícios pagos	(20.781)	(19.786)
Receita dos juros	29.730	24.433
Valor justo dos ativos no final do ano	296.856	284.576
Passivo Líquido reconhecido no exercício	25.125	45.242

**Premissas adotadas:**

	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Base de dados cadastrais e patrimonial	31/10/2022	30/09/2021
Data do Cálculo	31/12/2022	31/12/2021
<b>Financeiras</b>		
Duration do Plano (em anos)	11,11	12,58
Taxa média indicativa - NTN-B	6,17%	5,45%
Taxa de inflação média no ano	5,31%	5,03%
Taxa Nominal de juros de desconto atuarial anual	11,81%	10,75%
Projeção de aumento anual dos salários (nominal)	6,17%	5,89%
Projeção de aumento anual dos benefícios (nominal)	5,31%	5,03%
Expectativa de retorno dos Ativos do Plano	11,81%	10,75%
Fator de capacidade (salários)	98,31%	98,31%
Fator de capacidade (Benefícios)	98,31%	98,31%
<b>Demográficas</b>		
Tábua de mortalidade / sobrevivência de ativos, assistidos e inválidos	Sexo Masculino: AT 2000 Básica F / Sexo Feminino: AT 2000 F Desagrava- da em 10%	Sexo Masculino: AT 2000 Básica F / Sexo Feminino: AT 2000 F Desagrava- da em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de Morbidez	Não considerado	Não considerado
Composição familiar	BaC - Família Média / BC - Família Real	BaC - Família Média / BC - Família Real
<b>Principais hipóteses e parâmetros</b>		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	11,81%	10,75%
Projeção de aumento anual dos salários	6,17%	5,89%

**b. Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)**

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017. As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações.

	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
PDVI 2017 – Passivo Circulante	85.872	77.757
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	195.678	251.091
<b>Total PDVI</b>	<b>281.550</b>	<b>328.848</b>

## 22. PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e a acionista CELESC.

### Contas a receber de clientes

	31 de dezembro	
	2022	2021
<b>Circulante:</b>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	5.344	4.805
CELESC	44	46
<b>Total de contas a receber dos acionistas</b>	<b>5.388</b>	<b>4.850</b>

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

### Contas a pagar a fornecedores

	31 de dezembro	
	2022	2021
<b>Não circulante</b>		
CELESC (energia elétrica)	9.003	12.938
<b>Total de contas a pagar a fornecedores acionistas</b>	<b>9.003</b>	<b>12.938</b>

### Empréstimos a pagar a acionista

	31 de dezembro	
	2022	2021
<b>Não circulante</b>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	18.268	29.578
Total empréstimos a pagar para acionistas	18.268	29.578
<b>Total de Partes Relacionadas no Passivo</b>	<b>27.271</b>	<b>42.516</b>

### Resultado das operações com acionistas

	31 de dezembro	
	2022	2021
Receita bruta de serviços prestados	34.302	27.743
Custos com Energia Elétrica	(129.918)	(122.053)
Juros de empréstimo com acionista (BNDES)	(1.408)	(2.883)
<b>Resultado</b>	<b>(97.024)</b>	<b>(97.193)</b>

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a intervenção do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 31 de dezembro de 2022, no montante R\$18.268, contabilizados como empréstimos e financiamentos referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

## 23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 31 de dezembro de 2022 (R\$19.260 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital Social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$1.118.641 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.030.563 em 31 de dezembro de 2021), representado por 949.739.585 ações (874.960.411 ações em 31 de dezembro de 2021). São 473.629.304 ações ordiná-

rias (436.887.780 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021) todas nominativas e sem valor nominal, e 476.110.281 ações preferenciais (438.072.631 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2021) todas nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

### A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

Acionistas	31 de dezembro de 2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	415.125.668	419.284.388	834.410.056
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	1.733.389	2.185	1.735.574
Demais Acionistas	56.996	45.530	102.526
<b>Total de ações</b>	<b>473.629.304</b>	<b>476.110.281</b>	<b>949.739.585</b>

**31 de dezembro de 2021**

<b>Acionistas</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
Governo do Estado de Santa Catarina	291.268.851	310.021.674	601.290.525
SC Parcerias S/A.	70.941.406	71.229.802	142.171.208
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	17.914.497	0	17.914.497
Demais Acionistas Nacionais	49.775	42.977	92.752
<b>Total de ações</b>	<b>436.887.780</b>	<b>438.072.631</b>	<b>874.960.411</b>

**b. Aumento de Capital**

Em 15/09/2022 a CASAN publicou aviso aos acionistas informando a Homologação Parcial do Aumento de Capital: “Considerando o fim do Período de Subscrição de Sobras no âmbito do Aumento de Capital e o atingimento da Subscrição Mínima, foi realizada hoje, Reunião do Conselho de Administração que deliberou pela homologação parcial do Aumento do Capital da Companhia que será ratificado em Assembleia Geral de acionistas a ser realizada no futuro”.

**c. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital**

O Governo do Estado de Santa Catarina aportou o valor de R\$100.994 referente a AFAC no ano de 2022, sendo este valor utilizado para

Obras do Planejamento Hídrico. Desse valor, R\$60.181 já foram integralizados por meio de Aumento de Capital, conforme homologação em 15/09/2022. Em 31 de dezembro de 2022 tem-se R\$86.663 em adiantamento para futuro aumento de capital.

**d. Lucros/Prejuízos**

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou Lucro de R\$91.990 (Lucro de R\$134.950 em 31 de dezembro de 2021).

**e. Reservas de Lucro**
***ii) Reserva Legal***

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

***ii) Reserva para Plano de Investimentos***

Conforme art 72º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Investimentos que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro, para amortização de dívidas. Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

### f. Dividendos

<b>Cálculo dos dividendos</b>	<b>2022</b>
Lucro Exercício para cálculo dos dividendos	91.990
Reserva Legal (5%)	(4.600)
Base para Dividendos	87.390
Dividendos Propostos (25%)	21.848

Em dezembro de 2022 o saldo da conta dividendos propostos é de R\$21.849 sendo 1, referente a dividendos dos minoritários de 2020 e 2021 não pagos em função de problemas com cadastro dos acionistas no Banco Escriturador.

## 25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentadas abaixo:

	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Tarifas de água	1.216.288	1.061.408
Tarifas de esgoto	322.193	257.736
Outras receitas de serviços de água	17.157	23.135
Outras receitas de serviços de esgoto	98	59
<b>Total do faturamento</b>	<b>1.555.736</b>	<b>1.342.338</b>
Impostos sobre vendas e outras deduções	(145.772)	(124.567)
<b>Total receita líquida</b>	<b>1.409.964</b>	<b>1.217.771</b>

## 26. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Salários e encargos*	472.538	397.466
Materiais	97.545	70.607
Serviços de terceiros**	324.941	267.383
Gerais e tributárias	57.355	35.874
Depreciações, amortizações e provisões	109.706	102.226
Amortização direito de uso de bem	13.934	13.889
Perda de Ajuste a Valor Justo	-	22.956
Perdas na realização dos créditos e		
Provisão para devedores duvidosos	31.205	16.800
Recomposição de pavimentação	19.339	35
Fundos para programas municipais***	63.511	19.230
<b>Total</b>	<b>1.190.074</b>	<b>946.466</b>

\*Contas de salários e encargos obteve incremento significativo em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.

\*\* Contas de serviços de terceiros obteve aumento do custo dos ser-

viços prestados referente a inflação do período.

\*\*\* Conta Fundos para programas municipais obteve um incremento em função das revisões contratuais dos Contratos Programas. Estes estarão compondo os custos da próxima revisão tarifária da Companhia.

## 27. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	31 de dezembro	
	2022	2021
Salários	169.658	141.994
Férias, Abono e 13º Salário	50.798	41.927
Custos previdenciários	82.290	72.797
FGTS	20.058	16.687
Programa de alimentação	40.000	38.763
Programa de saúde	30.637	26.764
Gratificações	30.057	23.249
PDVI – Demissão voluntaria incentivada	36.499	25.533
Outros benefícios	12.541	9.752
<b>Total</b>	<b>472.538</b>	<b>397.466</b>
<b>Número de empregados</b>	<b>2.592</b>	<b>2.571</b>

## 28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentado abaixo:

	31 de dezembro	
	2022	2021
<b>Receitas financeiras:</b>		
Descontos obtidos	3.486	3.980
Juros ativos	7.469	5.916
Rendimento de aplicações financeiras	8.788	5.244
Acréscimos por inadimplências contratuais	12.938	-
Ganho com recuperação de crédito	287	-
Outros	-	609
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>32.968</b>	<b>17.439</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(154.093)	(86.169)
Variações monetárias e cambiais (reversão)	27.240	(2.786)
Outras	(3.551)	(3.000)
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(130.404)</b>	<b>(91.955)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(97.436)</b>	<b>(74.516)</b>

## 29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

EEm 31 de dezembro de 2022, substancialmente, as outras recei-

tas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Outras receitas operacionais:</b>		
Indenizações e ressarcimento de despesas*	11.883	235
Comissão prestação de serviços/convênios	995	753
Reversão Causas trabalhistas	2.076	3.191
Reversão Causas cíveis	-	-
Vendas de bens do imobilizado	2.531	8.162
Contribuições e doações	2.676	713
Outras	196	97
<b>Total Outras Receitas Operacionais</b>	<b>20.357</b>	<b>13.151</b>
<b>Outras despesas operacionais:</b>		
Baixa de imobilizado	(351)	(616)
Fiscais e tributárias	(952)	(447)
Causas ambientais	-	(4.500)
Causas trabalhistas	-	-
Causas cíveis	(2.732)	(298)
<b>Total Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(4.035)</b>	<b>(5.861)</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas</b>	<b>16.322</b>	<b>7.290</b>

\*Valor referente ao recebimento da indenização referente ao cumprimento das obrigações financeiras assumidas pela Neoway Tecnologia Integrada Assessoria de Negócios S.A, signatária do acordo de leniência com o Estado de Santa Catarina. O restante (multas) foi contabilizado como Receita Financeira.

### 30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$75.452. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Companhia aluga 598 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

### 31. EFEITOS DO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Após dois anos de Pandemia enunciada pela OMS – Organização Mundial da Saúde ocasionada pelo surto do novo Coronavírus, a CASAN, seguindo as diretrizes do Estado de Santa Catarina, continua adotando ações a fim de dar continuidade e qualidade aos serviços

prestados à população catarinense, visto que fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos são serviços essenciais à população e uma importante arma para o combate ao vírus.

As atividades administrativas e o atendimento ao público, antes de forma predominantemente remota, já retornaram para a forma presencial desde agosto/2021.

Com o avanço da vacinação e com os números da economia sendo recuperados, a arrecadação tem sofrido discreto impacto negativo.

Não foram identificados impactos que necessitassem de ajustes informações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Por fim, cabe mencionar que a Companhia poderá adotar outras medidas caso haja necessidade, e que continuará avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

## 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento que tenha afetado as demonstrações contábeis de 31 de dezembro a 28 de março de 2023.

## 33. BALANÇO SOCIAL 2022

A companhia apresenta o balanço social referente ao ano de 2022

## BALANÇO SOCIAL

<b>1. BASE DE CÁLCULO</b>	<b>2022 - Valores em R\$ MIL</b>	<b>2021 - Valores em R\$ MIL</b>
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.409.964	1.217.771
Resultado Operacional (RO)	236.213	278.596
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	414.834	414.834

CONTINUA



2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	2022			2021		
	Valor R\$ MIL	% sobre FBP	% sobre RL	Valor R\$ MIL	% sobre FBP	% sobre RL
Alimentação	50.307	12,13%	3,57%	47.076	11,35%	3,87%
Encargos Sociais Compulsórios	97.808	23,58%	6,94%	77.587	18,70%	6,37%
Previdência Privada	4.529	1,09%	0,32%	3.945	0,95%	0,32%
Saúde	26.408	6,37%	1,87%	22.600	5,45%	1,86%
Segurança e Saúde no Trabalho	1.440	0,35%	0,10%	1.425	0,34%	0,12%
Educação	458	0,11%	0,03%	435	0,10%	0,04%
Cultura	1.188	0,29%	0,08%	1.170	0,28%	0,10%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	785	0,19%	0,06%	226	0,05%	0,02%
Creches ou Auxílio-Creche	3.154	0,76%	0,22%	3.154	0,76%	0,26%
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	36.499	8,80%	2,59%	23.249	5,60%	1,91%
<b>Total dos Indicadores Sociais Internos</b>	<b>222.576</b>	<b>53,65%</b>	<b>15,79%</b>	<b>180.867</b>	<b>43,60%</b>	<b>14,85%</b>

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	2022			2021		
	Valor R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL	Valor R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL
Esporte	110	0,05%	0,01%	100	0,04%	0,01%
Cultura	650	0,28%	0,05%	255	0,09%	0,02%
Saúde e Saneamento	939	0,23%	0,07%	646	0,23%	0,05%
<b>Sub Total</b>	<b>1.699</b>	<b>0,55%</b>	<b>0,12%</b>	<b>1001</b>	<b>0,36%</b>	<b>0,08%</b>
Tributos (excluídos os encargos sociais)	232.184	55,97%	16,47%	203.601	73,08%	16,72%
<b>Total dos Indicadores Sociais Externos</b>	<b>233.883</b>	<b>56,52%</b>	<b>16,59%</b>	<b>204.602</b>	<b>73,44%</b>	<b>16,80%</b>

CONTINUA



4. INDICADORES DO AMBIENTE CONFORME ATUAÇÃO DA COMPANHIA	2022			2021		
	Valor R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL	Valor R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	595.464	252,09%	42,23%	252.000	90,5%	20,69%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	0	0,00%	0,00%	995	0,4%	0,08%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	595.464	252,09%	42,23%	252.995	90,8%	20,78%
Quanto ao Estabelecimento de “metas anuais” para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:	<input checked="" type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre 76 a 100 %			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre 76 a 100 %		

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2022	2021
No de Empregados(as) ao Final do Período	2.696	2.571
No de Admissões Durante o Período	64	86
No de Empregados(as) Terceirizados	643	643
No de Estagiários(as)	156	115
No de Empregados(as) Acima de 45 anos	1173	1112
No de Mulheres que Trabalham na Empresa	543	541
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	25,41%	3,13%
No de Negros(as) que Trabalham na Empresa	46	46
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)	0,66%	0,33%
No de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais	79	73

CONTINUA



<b>6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL</b>	<b>2022</b>			<b>2021</b>		
Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	17,87			18,68 vezes		
Número Total de Acidentes de Trabalho	92			48		
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:	[ ] direção [ ] direção e gerências [ ] todos os empregados			[ ] direção [ ] direção e gerências [ ] todos os empregados		
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:	[ ] direção [ x ] direção e gerências [ ] todos os empregados			[ ] direção [ x ] direção e gerências [ ] todos os empregados		
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e a Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as) a Empresa:	[ ] não se envolve [ x ] segue normas OIT [ ] não se envolve [ x ] segue normas OIT			[ ] incentiva e segue a OIT [ ] incentiva e segue normas OIT		
A Previdência Privada Contempla:	[ ] direção [ ] direção e gerências [ x ] todos os empregados			[ ] direção [ ] direção e gerências [ x ] todos os empregados		
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	[ ] direção [ ] direção e gerências [ ] todos os empregados			[ ] direção [ ] direção e gerências [ ] todos os empregados		
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:	[ ] não são considerados [ ] são sugeridos [ ] não são considerados [ ] são sugeridos			[ x ] são exigidos [ x ] são exigidos		
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	[ ] não se envolve [ x ] apoia [ ] organiza e incentiva			[ ] não se envolve [ x ] apoiará [ ] organizará e incentivará		
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores	Na Empresa 9.117	No Procon 673	Na Justiça *sem informação	Na Empresa 31.830	No Procon 254	Na Justiça 354
% de Reclamações e Críticas Solucionadas	99,96%	95,10%	*sem informação	80,40%	73,23%	*sem informação
Distribuição do Valor Adicionado e sua Distribuição	<b>2022</b>			<b>2021</b>		
	Governo		266.513	Governo		249.271
	Colaboradores		398.509	Colaboradores		336.566
	Acionistas		21.848	Acionistas		32.051
	Terceiros		130.404	Terceiros		91.955
			Retido		102.899	

## 7. OUTRAS INFORMAÇÕES

A EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA EM CORRUPÇÃO. NOSSA COMPANHIA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE.

The background features a close-up, slightly blurred view of a financial statement or ledger. It shows a grid of numbers and some handwritten scribbles. A large, white, teardrop-shaped graphic is overlaid on the right side of the image, pointing downwards. The overall color palette is light blue and white.

RELATÓRIO DO AUDITOR  
INDEPENDENTE SOBRE  
AS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Referente ao exercício findo 31 de dezembro de 2022

**Aos**

**Acionistas e aos conselheiros da  
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN  
Florianópolis – SC**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN (“Companhia”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à CASAN, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### **Ajuste de Ativo Fiscal Diferido**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 14, “a”, que apresenta o ajuste efetuado em Ativo Fiscal Diferido no valor de R\$ 29.853 mil. Os valores correspondentes, referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis,

Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

### Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos durante a auditoria do exercício em análise. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras. Logo, não expressamos uma opinião separadas sobre esses assuntos.

### Teste de *Impairment* (Nota explicativa 3, “g”)

Para apurar o valor recuperável dos Ativos, adotou-se o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso desses ativos. Foram consideradas como unidades geradoras de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, em virtude das características peculiares. Avaliados os itens:

- Vida útil, baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente;

- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX foram projetadas conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável. Esse procedimento foi adotado em virtude de os contratos de concessões e de programa previrem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada através da tarifa ou por indenização.

### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Avaliamos o estudo realizado e testamos os cálculos apresentados, de forma a assegurar que não há indicação de reconhecimento de perda por *impairment*.

### **Benefícios a Empregados (Nota Explicativa 3, “h” e 21)**

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, na modalidade de Contribuição Variável. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 25.125 mil (R\$ 45.242 mil, em 2021). Consideramos este um dos principais assuntos de auditoria em virtude das estimativas complexas, com saldos relevantes, e subjetivas por parte da administração, como, por exemplo, as tábuas biométricas, as projeções de aumentos salariais e as taxas de desconto. Variações nesses saldos representam impactos relevantes nos montantes de provisão para déficit atuarial.

Adicionalmente, a Companhia possui um Plano de Demissão Voluntária Incentivada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou, a título de obrigações com o PDVI, R\$ 281.550 mil (R\$ 328.848 mil, em 2021). Passivo Circulante e Não Circulante.

#### **Como nossa auditoria conduziu o assunto**

Verificamos a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela Companhia, avaliamos a razoabilidade das principais premissas, das taxas de descontos, das projeções de crescimento salarial e das tábuas biométricas (mortalidade, invalidez e morta-

lidade de inválidos) utilizadas para os cálculos atuariais e analisamos o resultado do cálculo das provisões matemáticas do plano e os valores justos dos ativos.

Consideramos que as premissas utilizadas para determinar a provisão para déficit atuarial estão razoáveis.

#### **Outros Assuntos**

#### **Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada pela administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. A fim de formarmos uma opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, exceto pelas situações descritas nos parágrafos base para conclusão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que ela não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações contábeis.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante a auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir

um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para

a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis das divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis – inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 22 de março de 2023.

**RUSSELL BEDFORD GM**  
**AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

**Jorge Luiz Menezes Cereja**

Contador 1 CRC RS 43679/O

Sócio Responsável Técnico

The background of the page is a vibrant teal color with a water-like texture, featuring numerous bubbles and ripples. A large, white, teardrop-shaped graphic is positioned on the right side of the page, pointing downwards. The text is located on the left side of the page, next to a vertical black bar.

PARECER DO  
CONSELHO FISCAL

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2022. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representante da Companhia e no

parecer emitido pela Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas demonstrações financeiras, e opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Florianópolis, 27 de março de 2023.

ALCIDES ALVES DE ANDRADE NETO  
Presidente do Conselho Fiscal

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA  
Conselheiro

FABIO WAGNER PINTO  
Conselheiro

LETÍCIA PEDERCINI ISSA  
Conselheira

NATAN MARCONDES MONTEIRO OSÓRIO  
Conselheiro

**PARECER DO COMITÊ  
DE AUDITORIA  
ESTATUTÁRIO**



## RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO- CAE - EXERCÍCIO SOCIAL 2022

### Aos Conselheiros de Administração da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

#### 1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão auxiliar do Conselho de Administração da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (“Companhia”), regido pelo Estatuto Social e pelo Regimento Interno do CAE da Companhia (“Regimento”).

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do CAE, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria Estatutário, desde 01 de agosto de 2020, é composto por três membros, sendo, o Sr. Carlos Rocha Velloso (Coordenador do Comitê), o Sr. Eduardo Person Pardini e a Sra. Cristiane Scholz Faísca Cardoso, os quais atendem os critérios de independên-

cia estabelecidos no artigo 22, da Lei nº 13.303. Em 01 de agosto de 2022, os membros do Comitê de Auditoria foram reconduzidos para o segundo mandato, conforme previsto na referida Lei nº 13.303.

#### 2. Resumo das atividades em 2022

No período de janeiro a dezembro de 2022 o CAE da CASAN realizou 38 reuniões envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores, Gerentes, Superintendentes e Assessores da Companhia, Auditores Internos, Procurador Geral, Ouvidor, Auditores Independentes e Diretor Presidente da Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, conforme extratos das atas do CAE disponíveis no portal da CASAN e atas completas disponíveis na Companhia.

As atividades do CAE são relatadas a seguir:

#### Demonstrações Financeiras

Foram examinadas as Demonstrações Financeiras referentes aos quatro trimestres de 2022.

O exame das Demonstrações Financeiras consistiu na análise dos Relatórios da Companhia, bem como do Relatório dos Auditores Inde-

pendentes, reuniões de esclarecimento com a Diretoria Financeira e os Auditores Independentes e participação nas reuniões do Comitê Financeiro do Conselho de Administração.

Não havendo sido encontrados óbices à aprovação das Demonstrações Financeiras trimestrais, foram então encaminhadas ao Conselho de Administração.

Como recomendação durante o exercício, o CAE sugeriu permanente atenção ao perfil da dívida da Companhia aliada ao nível de geração de caixa, apesar da elevação do nível de rating para BBB+ em abril de 2022, para não dificultar futuras captações para financiamento de capital de giro ou de investimentos necessários para atendimento ao novo marco regulatório de saneamento. E, ainda, que os saldos antigos existentes continuassem a ser conciliados e, conforme o caso, ajustados na contabilidade.

### **Auditoria Interna**

O CAE acompanhou a realização do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI 2022).

Em função da renovação de alguns integrantes da Auditoria Interna e, também, da chefia da área no ano anterior, o CAE manteve a mentoria para a equipe durante todo o ano de 2022. Foram discutidos e

adotados novos métodos de trabalho e apresentadas propostas de alteração nos relatórios de Auditoria.

### **CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento**

Como recomendações, orientou que nos relatórios de auditoria deve ser utilizada metodologia mais estruturada e padronizada com foco nos itens relevantes e que ocorra o acompanhamento efetivo da Administração às recomendações da Auditoria.

Acompanhou e orientou a elaboração do PAAI 2023.

### **Riscos e Controles Internos**

O CAE supervisionou os avanços feitos pela área de Riscos e Controles Internos em relação à implantação do Programa de Conformidade e de Gerenciamento de Riscos.

Em continuidade ao acompanhamento da metodologia de gestão de riscos usada pela Companhia, do Portfólio de Riscos e do Mapa de Riscos e da implantação do Sistema SE Suite para disponibilização e gerenciamento das informações, orientou esta área para a adoção de diversos aprimoramentos na metodologia utilizada.

Como recomendações, solicitou que: a análise de riscos tenha como

base o orçamento, de forma que possa ser quantificável; a análise de riscos deve avaliar as ameaças à realização dos objetivos empresariais; os processos-chave da CASAN devem ser mapeados; é indispensável o fomento de cultura de governança, riscos e controles internos.

Em decorrência de recomendações do CAE ao Conselho de Administração, em 30/08/2022 a Diretoria Executiva criou um grupo de trabalho responsável pelo aprimoramento dos dispositivos e processos do Programa de Integridade da CASAN com prazo de conclusão dos trabalhos em 31/12/2022. Este grupo foi coordenado pelo Assessor de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos e, por solicitação do Conselho de Administração, teve a participação do membro do CAE Eduardo Pardini. As recomendações para aprimoramento do Programa de Integridade estão no Relatório Conclusivo do Grupo de Trabalho encaminhado ao Presidente do Conselho de Administração no início de 2023.

### **CASANPREV**

A Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, por meio de seu Diretor Presidente, apresentou ao CAE informações sobre o número de participantes, a evolução do número de aposentados por ano e a distribuição das alocações da carteira de investimentos. Destacou a dificuldade em atingir a meta atuarial em 2022 em razão do desempenho da economia. Desta forma, havia uma expec-

tativa de apresentação de um déficit atuarial no exercício de 2022. Em reunião posterior, confirmou o reconhecimento de um déficit atuarial no fechamento do Balanço anual da CASANPREV, cujas premissas de cálculo foram avaliadas junto à empresa Lumens Atuarial, responsável pelos cálculos atuariais da Fundação, e consideradas adequadas pelo CAE.

A ocorrência de um déficit acima dos limites estabelecidos pela PREVIC, acarreta obrigatoriamente a necessidade de definição de um Plano de Equacionamento do déficit acumulado com exercícios anteriores. Tal Plano deverá ser proposto pela Diretoria da CASANPREV ao seu Conselho Administrativo e para a Patrocinadora CASAN, para alinhamento da melhor alternativa de equacionamento para os empregados participantes e para a própria patrocinadora, uma vez que a legislação determina que no equacionamento de déficits as contribuições pelos participantes e pela patrocinadora sejam iguais. A discussão deste equacionamento de déficit do Plano, se ele for necessário, deverá ocorrer em 2023, para implantação até abril de 2024.

### **Outros temas relevantes**

O CAE tomou conhecimento e participou de análises e discussões, apresentando recomendações sobre diversos temas relevantes para o desempenho de suas atribuições, como: Política de Investimentos Financeiros; seguro D&O; adequação da Companhia à LGPD, canal

de denúncias externo; entrada no mercado livre de energia elétrica; imobilização de obras antigas já finalizadas; renovação de licenças ambientais de operação; ações indenizatórias dos contratos de concessão encerrados pelos municípios; política de transação com partes relacionadas; Planos de Emergência e Contingência e inventário de barramentos; aquisição de terrenos; atualização do marco regulatório do setor de saneamento e contratação de Auditoria Independente.

CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

### **3. Conclusão e Recomendação ao Conselho de Administração**

O CAE analisou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício

findo em juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes – Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, já apresentados pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração.

Considerando as análises e os debates ocorridos nas reuniões e nos trabalhos de acompanhamento e supervisão por nós conduzidos, assim como em razão das informações prestadas pela Administração da CASAN, relatórios da Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes, somos de opinião de que não ocorreram divergências entre a Administração, a Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria Estatutário e de que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2022, encaminhadas para aprovação pelo Conselho de Administração.

Florianópolis, 24 de março de 2023

**CARLOS ROCHA VELLOSO**

Coordenador do Comitê

**CRISTIANE SCHOLZ FAÍSCA CARDOSO**

Membro do Comitê

**EDUARDO PERSON PARDINI**

Membro do Comitê

## ■ DECLARAÇÕES



## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da CASAN relativas ao 4º ITR encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Florianópolis, SC, 22 de março de 2023.

**ROBERTA MAAS DOS ANJOS**

Diretora Presidente

**EVANDRO ANDRÉ MARTINS**

Diretor Administrativo

**GIOVANI PICKLER**

Diretor Comercial

**IVAN GABRIEL COUTINHO**

Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

**PEDRO JOEL HORSTMANN**

Diretor de Operação e Expansão

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas por Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S no relatório apresentado sobre as demonstrações financeiras de 2022 encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Florianópolis, SC, 24 de março de 2023.

**ROBERTA MAAS DOS ANJOS**

Diretora Presidente

**EVANDRO ANDRÉ MARTINS**

Diretor Administrativo

**GIOVANI PICKLER**

Diretor Comercial

**IVAN GABRIEL COUTINHO**

Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

**PEDRO JOEL HORSTMANN**

Diretor de Operação e Expansão

**Relatório Anual 2022**

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

Fotografias: Acervo CASAN e Banco de Imagens

Edição gráfica:



**comunicaz**

*comunicação eficaz*

Rua 600, nº 35, Ponta do Papagaio – Palhoça – SC

☎ (48) 3047.1055 / [www.comunicaz.com.br](http://www.comunicaz.com.br)

[www.casan.com.br](http://www.casan.com.br)

**RUA EMÍLIO BLUM, 83 • CEP 88020-010 • FLORIANÓPOLIS - SC**  
**FONE 55 + 48 3221 5000**

